

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – CAMPUS I
PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

NADIELY TEIXEIRA FREIRE DE OLIVEIRA

**RELATOS DE MEMÓRIA E IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL
DO QUILOMBO DO GRILO (2006-2016)**

CAMPINA GRANDE – PB / 2017

NADIELY TEIXEIRA FREIRE DE OLIVEIRA

**RELATOS DE MEMÓRIA E IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL
DO QUILOMBO DO GRILO (2006-2016)**

Monografia apresentada como requisito parcial
à obtenção do título de Licenciada em História
pela Universidade Federal de Campina
Grande.

Área de conhecimento: Ciências Humanas

Orientador: Prof. Dr. Luciano Queiroz Aires

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

O48r Oliveira, Nadiely Teixeira Freire de.
Relatos de memória e identidade étnico-racial do Quilombo do Griilo
(2006-2016) / Nadiely Teixeira Freire de Oliveira. – Campina Grande,
2017.
61 f. il.: color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) –
Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2017.
"Orientação: Prof. Dr. Luciano Queiroz Aires".
Referências.

1. Quilombo. 2. História Oral – Identidade – Comunidade Quilombola
do Griilo. 3. Memória – Passado Escravista. I. Aires, Luciano Queiroz. II.
Título.

CDU 94:326(813.3)(043)



Biblioteca Setorial do CDSA. Maio de 2025.

Sumé - PB

NADIELY TEIXEIRA FREIRE DE OLIVEIRA

**RELATOS DE MEMÓRIA E IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL
DO QUILOMBO DO GRILO (2006-2016)**

Monografia de graduação em história **aprovada**,
pela Comissão Examinadora formada pelos
professores a seguir relacionados para obtenção do
título de licenciada em história pela Universidade
Federal de Campina Grande.

Aprovada em: 04/04/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luciano Queiroz Aires – UFCG
(ORIENTADOR)

Prof. Dr. Severino Cabral Filho – UFCG
(1º EXAMINADOR)

Prof. Ms. Ariosvalber de Souza Oliveira – UFCG
(2º EXAMINADOR)

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente aos meus pais Maria de Fátima e Marcos Antônio que me deram a vida e a oportunidade de ter o primeiro contato com a escola.

Ao meu esposo Janduí Evangelista de Oliveira que esteve comigo em todos os momentos da minha graduação, incluindo os alegres e tristes, me incentivando sempre a continuar a jornada acadêmica.

Aos meus colegas de turma que no decorrer do curso nos reunimos para fazermos vários trabalhos juntos e ajudar uns aos outros, aprendendo muito nesses momentos.

Aos meus professores que me ajudaram do decorrer da minha formação e em especial ao professor Luciano Queiroz, meu orientador, que tive a honra de tê-la sua aluna em várias disciplinas e aprender muito em cada uma delas.

Ao professor Cabral Filho e Ariosvalber Oliveira, membros da Banca Examinadora, pela leitura cuidadosa e as sugestões certamente importantes para a continuidade da pesquisa; Enfim, agradeço a todas as pessoas que de uma forma direta ou indireta fizeram parte dessa etapa de minha vida.

RESUMO

Neste trabalho procuramos entender através dos relatos dos moradores da comunidade quilombola do Grilo, como eles apropriaram-se do passado para lutarem por políticas do presente. Nesse sentido, fizemos uso da história oral, buscando através da memória, que ainda está ligada ao passado escravista, informações que pudessem responder aos nossos anseios. No primeiro momento tecemos uma discussão historiográfica a respeito das pesquisas já realizadas sobre a comunidade do Grilo. Pesquisas essas que tratam de várias temáticas como as políticas sociais e identidade, liderança feminina, processo de autoidentificação da comunidade entre outros. No segundo momento analiso os relatos orais dessa comunidade, buscando compreender como eles se apropriam da memória pra construir sua história e conseguir melhorias para todos da região. No terceiro e ultimo momento procuro entender todo o processo histórico que os moradores da comunidade quilombola do Grilo passaram desde a identificação até o direito a titulação em 2016, como também os possíveis conflitos internos existentes. A partir dessa pesquisa podemos verificar que apesar das mudanças ocorridas nessa região, incluído o documento de posse da terra que essa comunidade recebeu, muitas coisas precisam ser conquistadas, principalmente uma melhor acessibilidade para os moradores.

Palavras-Chave: Quilombo. História oral. Identidade.

ABSTRACT

In this work we try to understand through the reports of the residents of the quilombo community of Grilo, how they appropriated the past to fight for present-day politics. In this sense, we made use of oral history, searching through the memory, which is still linked to the slave past, information that could respond to our longings. In the first moment we weave a historiographical discussion about the research already done on the community of Grilo. These researches deal with various topics such as social policies and identity, women's leadership, the process of self-identification of the community among others. In the second moment I analyze the oral reports of this community, trying to understand how they appropriate the memory to build their history and achieve improvements for all of the region. In the third and last moment, I try to understand the whole historical process that the inhabitants of the quilombola community of Grilo have gone from identification to the right to titration in 2016, as well as the possible internal conflicts that exist. From this research we can verify that despite the changes that occurred in this region, including the document of land tenure that this community received, many things need to be achieved, especially better accessibility for the residents.

Keywords: Quilombo. Oral history. Identity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 01 - Mapa da Paraíba com destaque para o Riachão do Bacamarte.....	20
IMAGEM 02 - Parte baixa da Comunidade do Grilo.....	20
IMAGEM 03 - Utensílios de barro.....	30
IMAGEM 04 - Dona Lourdes, oleira da comunidade do Grilo.....	30
IMAGEM 05 - A presidenta Dilma assina decretos para desapropriação de terras quilombolas de Grilo, Matão e Pedra d'Água.....	43
IMAGEM 06 - Comunidade Quilombola do Grilo, na Paraíba, recebe título provisório de terras.....	44
IMAGEM 07 - Dilma assina Atos em favor da reforma agraria e de terras quilombolas e reafirma importância da democracia.....	45
IMAGEM 08 - Leonilda e outros líderes do Grilo: 15 anos de luta comunitária.....	46

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	08
2	CAPÍTULO I - DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA: A COMUNIDADE QUILOMBOLA DO GRILO.....	10
3	CAPÍTULO II - ANÁLISE DOS RELATOS ORAIS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO GRILO.....	20
4	CAPÍTULO III - HISTÓRIA DA TITULAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO GRILO.....	37
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
6	REFERÊNCIAS.....	49
7	ANEXOS.....	51

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva analisar a comunidade quilombola do Grilo, situada em um lajedo que pertence à zona rural do município Riachão do Bacamarte. Os moradores vivem em uma área de difícil acesso, lutando por melhores condições de sobrevivência na região.

A escravidão foi um acontecimento que deixou marcas profundas na população negra até os dias atuais. Essa escravidão fez com que surgissem os quilombos, que são comunidades que serviram de refúgio e que estavam repletas de escravos fugitivos das péssimas condições que eram submetidos pelos senhores, sendo um dos primeiros focos de resistência dos africanos a escravidão.

As comunidades quilombolas são grupos constituídos pela população negra que podem ser urbana ou rural e que se autodefinem, a partir das relações de parentesco, terra, ancestralidade e práticas culturais próprias. Deste modo, aos remanescentes quilombolas que estejam ocupando suas terras, deve ser reconhecido o direito de propriedade definitiva, tendo o Estado a obrigação de emitir o respectivo título. Nesse sentido, a regulação fundiária do território quilombola, como forma de uma reparação histórica, é de suma importância para a garantia da continuidade desses grupos étnicos.

Assim, essas comunidades foram construindo no curso do tempo práticas e estratégias de reconhecimento identitário para terem acesso a bens comuns. Questão essa repleta de desafios, para que essas comunidades possam ter o direito à permanência e ao reconhecimento legal de posse de terras ocupadas e cultivadas para moradia e sustento. Deste modo, o uso da memória tem um papel importante para que essas práticas e estratégias fossem arquitetadas, objetivando um direito e não simplesmente um passado a ser lembrado.

Deste algum tempo cresceu em mim uma curiosidade a respeito das comunidades quilombolas, pois percebi que essas comunidades são esquecidas pelos nossos governantes, mas não somente elas são relegadas, tantas outras de origem humilde têm o mesmo destino.

Além disso, sou de origem pobre e temas que tem como enfoque central os excluídos, ascende em mim à curiosidade. Também, a disciplina ofertada pela Universidade Federal de Campina Grande referente à História da África fez crescer ainda mais o interesse relacionado ao tema estudado.

Nesse sentido, o tema Relatos de Memória e identidade étnico-racial do Quilombo do Grilo (2006-2016) foi escolhido com objetivo de mostrar como foram tecidos os elementos da comunidade através da História Oral, e como essa população pôde através desses elementos colhidos terem conseguido o título da posse da terra.

Neste seguimento, o tema é de grande importância política, pois demonstra a luta pela terra e a garantia dos direitos sociais por parte das comunidades quilombolas, a exemplo do Grilo. Como também é um tema em que inclui a história oral sem trabalhos específicos na historiografia paraibana.

Para tanto, nosso trabalho se estrutura nas obras, *Identidade e diferença*, organizada por Tomaz Tadeu da Silva, ocasião em que problematiza a questão da identidade e da diferença; *Usos e Abusos da História Oral* de Marieta de Moraes Ferreira e Janaina Amado que tem a preocupação de apresentar as diversas possibilidades metodológicas da história oral, chamando a atenção para as relações entre memória e história, trajetória de vida entre outros; *Manual da História Oral* de Verena Alberti que trata da organização para implantação do programa de história oral; assim como, a obra de *História e Memória* de Jacques Le Goff quando o autor vai afirmar que a memória é a propriedade de conservar determinadas informações que permite ao indivíduo atualizar informações passadas ou interpretadas como passadas. E por fim, a obra *Quilombos da Paraíba: a realidade de hoje e os desafios para o futuro* de Alberto Banal, onde vamos encontrar um panorama histórico das comunidades remanescentes de quilombos paraibanos.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho foi desenvolvido através de análises das narrativas dos interlocutores, tendo como base o que eles usaram como elementos para o reconhecimento identitário. E que através desses elementos fortaleceram o sentimento de pertencimento e identificação quilombola.

Para a realização da pesquisa fez-se necessário o uso da documentação oficial (Laudo antropológico), o relatório final do Quilombo de Pedra D'Água e o documento de titulação adquirido pelo Quilombo do Grilo em 2016. Como também, as narrativas realizadas através de entrevistas com algumas pessoas moradoras da comunidade.

Por fim, o trabalho está dividido em três capítulos, onde, faço uma discussão historiográfica acerca de trabalhos realizados sobre a comunidade quilombola do Grilo no primeiro capítulo; no segundo capítulo temos uma análise dos relatos orais dos moradores da comunidade, e no terceiro capítulo faremos uma exposição, e ao mesmo tempo, uma análise de boa parte do processo histórico, desde as lutas até a conquista da titulação das terras quilombolas.

CAPÍTULO I

DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA: COMUNIDADE QUILOMBOLA DO GRILO

Neste primeiro capítulo proponho uma reflexão de alguns trabalhos referente à comunidade Quilombola do Grilo. Deste modo, são pesquisas que destacam vários aspectos desta, incluindo memória, identidade, políticas sociais, narrativas, festas, processo de autoidentificação, territorialidade, lideranças femininas e a arte de benzeção e cura. Assim, trabalhos em que tem como foco essa comunidade Quilombola do Grilo em suas várias abordagens.

No trabalho, *Subindo a serra, descendo a história: memória e identidade cultural na comunidade remanescente de Quilombo do Grilo-PB (1930-2010)*, realizado por Elane Cristina do Amaral, encontramos uma abordagem que busca valorizar a história de homens e mulheres negros e suas lutas, seus conflitos e cotidiano. Assim, tem ênfase nas memórias e práticas culturais que, de alguma forma, permanecem ligadas ao passado escravista e contribuíram na construção da sua identidade étnica no presente (cf. AMARAL, 2011, p. 18). Nele, a temática da escravidão e o termo quilombo se faz presente, com seus desdobramentos até os dias atuais. Como também, analisa as práticas culturais, com o uso da memória individual e coletiva.

Além disso, por ter a pesquisa um recorte de 80 anos, tem como narradores pessoas idosas, que se reportaram a sua infância e adolescência. E apesar do foco ser o presente, as pessoas buscam pelo passado, usando também a memória sobre dois ex-escravos que percorreram a comunidade. Ainda mais, a autora mostra que a cerâmica e o labirinto, atividades que contribuíram para construção da identidade da comunidade, são fatores que reforçaram os laços de sociabilidade e também colaborou na construção da identidade da comunidade.

Segundo esse trabalho, a ciranda é como uma forma de fortalecer os laços entre os próprios moradores, servindo para socializar com outras comunidades (cf. AMARAL, 2011, p. 117). Com isso, ela busca pensar como a memória ligada ao passado escravista e práticas culturais dessa comunidade do Grilo contribuíram para a constituição da sua identidade étnica.

Além disso, faz em sua análise o uso de Halbwachs, demonstrando a questão referente a memória coletiva, onde o que se destaca em primeiro lugar na memória de um grupo são as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito a maioria de seus membros (cf. AMARAL, 2011, p. 77). Com isso, a memória individual se constrói a partir de

um grupo, ou seja, o grupo em que se relacionou. Temos também Michel de Certeau refletindo a questão do ambiente se tornando espaço, onde o espaço apenas se realiza quando indivíduos exercem uma dinâmica de movimento nele através de práticas sociais.

Também podemos ver a contribuição do trabalho com relação à ciranda que é retratada como forma de contribuir para a sociabilização dos grilenses, fortalecendo os laços e contribuindo para a distinção da comunidade do Grilo. Sendo essa uma manifestação cultural própria da comunidade.

Outra pesquisa sobre a comunidade quilombola do Grilo é o artigo de Maria Salomé de Maracajá, intitulado de *Territorialidade e Cultura: relatos sobre o trabalho de campo na comunidade quilombola do Grilo, PB*. Neste artigo, encontramos uma investigação com relação ao processo de construção de territorialidade étnica da comunidade do Grilo (cf. MARACAJÁ, 2012, p. 1). Uma investigação que usou de várias áreas como a Geografia, Sociologia e História para uma revisão do conceito de cultura e territorialidade.

Deste modo, esse nos traz dados referentes à comunidade estudada com relação o processo de regularização fundiária do território, informações como anos que foram emitida a certidão de auto reconhecimento, em 2006, pela Fundação Cultural Palmares, e em 2009 o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), o parecer feito e enviado a Brasília pela antropóloga Maria Esther Fortes, procedimentos feitos que ainda terá a participação do INCRA para desapropriação da terra e avaliação dos imóveis, com indenização dos não quilombola, caso seja aprovado o direito de posse dessa comunidade.

Além disso, faz um relato com relação ao acesso da comunidade do Grilo que é precário e que há um descaso do poder público com relação a essa situação. Ainda que para a construção do RTID fossem usados relatos de moradores que falam da relação de parentescos entre a comunidade do Grilo e a de Pedra D' água.

Como também, o trabalho preocupa-se em relatar a questão da água encanada na comunidade. Questão essa que por não existir nas casas dos moradores, eles têm que carregar na cabeça. Assim, a pesquisa nos ajuda a perceber que a relação de parentesco, o modo de viver, vínculo com o território, as reminiscência do passado faz com que a comunidade construa a sua territorialidade étnica.

Já com relação ao trabalho de Williams Lima Cabral e Maria Regina Alves dos Reis sobre a *Comunidade de remanescente Quilombola do Grilo: identidade e políticas sociais* tem sua pesquisa voltada para memória, identidade e modos de fazer dos remanescentes quilombolas do Grilo. Com uma questão da identidade das pessoas da comunidade, analisando políticas sociais voltadas para população negra, como o eixo 6 dos

objetivos do Plano Nacional de políticas de promoção da igualdade racial- PLANAPIR que se refere as comunidades remanescentes de Quilombos, em que no tópico I dá a garantia de:

promover o desenvolvimento econômico sustentável das comunidades remanescentes de quilombos. No tópico II promover a titulação das terras das comunidades remanescentes quilombolas de todo o país. E também no eixo VI que garante: promover a identificação e levantamento socioeconômico de todas as comunidades de remanescentes de quilombos do Brasil (cf. CABRAL, [s.d.], p. 01).

Com isso temos nesse trabalho de Michel de Certeau com a fundamentação teórica, para analisar quais foram às estratégias e táticas usadas no cotidiano da comunidade. Também, fazem o uso no trabalho de Le Goff para trabalhar com a memória, Maurice Halbwachs para poder discutir a memória individual e coletiva e o uso de Stuart Hall, vendo quais foram as identidades construídas e ditas a partir de falas coletadas pelas entrevistas realizadas.

Williams e Maria Regina têm a preocupação de fazer no percurso do seu trabalho uma análise com relação as origem do Quilombo como forma de resistência do negro escravizado e usam o livro de Clovis Moura *Quilombo: Resistência ao escravismo*, para definir o que é um Quilombo, definição essa dada pelo rei de Portugal que dizia que, “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem filões neles.” Como também, Ilka Boaventura em seu artigo intitulado *Os Quilombos do Brasil: questões conceituais e normativas*, explica a persistência dos quilombos no território brasileiro. Essa luta é permanente não só pela terra, mas para serem respeitados em suas crenças.

Além disso, os autores desse trabalho usam Alfredo Wagner Berno de Almeida e seu livro *Os quilombos e as novas etnias*. Este faz uma crítica ao conceito de quilombo feito pelo rei de Portugal, destacando pontos que destruirão o conceito dado pelo rei. Além do que, o autor vai mostrar que os quilombos não ficavam isolados totalmente ou simplesmente em áreas distantes, todavia estavam em relações comerciais e em outras também.

Ademais, usam José Maurício Aruti para dizer que os remanescentes foram diferenciados politicamente pelo termo “quilombola” e que surge quando o artigo 68 da Constituição 1988 reconhece os remanescentes da comunidade quilombola a propriedade definitiva das terras que estejam ocupadas e também a obrigação do estado emitir o título. Esse autor citado fala também da luta do povo negro pela liberdade.

Deste modo, eles explicam que para definir o que vem a ser os remanescentes quilombolas, o artigo 68 serviu para incentivar principalmente a academia para analisar,

mapear e pesquisar os quilombos e também remanescentes em cada parte do país, sendo um passo importante para a valorização e reconhecimento do povo negro e sua cultura. Ainda citam José Jorge de Carvalho no seu artigo *Quilombo: símbolo de luta pela terra e pela liberdade*, expondo que o Brasil é o único país afro-americano que ainda não resolveu a questão dos direitos territoriais de suas comunidades negras.

Porém, além dos remanescentes de quilombolas estarem em regiões que os tornam invisíveis, estão conseguindo através de muito esforço e luta vitória jurídica pela legalização de suas terras e preservação de sua cultura através de pesquisas feitas pela academia e principalmente por suas lutas.

Com isso, nesse estudo Williams Lima Cabral e Maria Regina Alves fizeram entrevistas com pessoas mais velhas do Quilombo rural do Grilo, localizado em Riachão do Bacamarte PB, e perceberam as dificuldades dessa comunidade referente à água, infraestrutura, fator econômico e locomoção até a comunidade. Além disso, também analisaram a questão do nome da comunidade, que dizem que o nome Grilo se originou de quando as pessoas iam buscar água no poço e encontravam grilos cantando, mas esses relatos são controversos com relação ao local onde se encontrava este poço, pois foram mostrados dois locais relativamente próximos.

Outra observação feita pelos autores é com relação ao difícil acesso ao Grilo, logo sinal de que continuam afastados da sociedade urbana, tendo que plantar, trabalhar e manter sua cultura como táticas de sobrevivência que perpassem de geração para geração garantindo a permanência de sua identidade quilombola.

Nesse sentido, o trabalho finaliza fazendo uma explicação com relação a criação de políticas públicas que favorecem os remanescentes de quilombos e o povo negro. Política que estabelecem deveres do Estado para com as populações discriminadas e marginalizadas.

Ainda temos o artigo de Alcione Ferreira da Silva e Magno Nóbrega Lisboa sobre *Considerações teórico-metodológicas acerca do poder feminino nas comunidades Quilombolas: um olhar sobre a liderança feminina da comunidade do Grilo PB*. Eles têm como objetivo problematizar as comunidades quilombolas a partir da história social, mas a partir da comunidade do Grilo. Procuram analisar o modo como a mulher negra constrói experiências e agenciamento em defesa do fortalecimento das políticas públicas para as comunidades rurais negras (cf. SILVA; LISBOA, 2012, p. 01).

Este artigo, como o trabalho citado a cima, tem como um dos focos a difícil localização da comunidade remanescente quilombola do Grilo, que fica em um lajedo que

impõe algumas dificuldades a acessibilidade. Esse difícil acesso faz com que haja uma dificuldade para o deslocamento para os centros urbanos.

Alcione e Magnos perceberam em outra pesquisa que havia uma liderança feminina constituída. E logo entenderam que as conquistas sociais da comunidade foram narradas por mulheres que rememoravam outras. Deste modo, analisam como o poder feminino se constrói, com base nas experiências comunitárias possibilitando o empoderamento das mulheres negras no Grilo.

Eles fazem uso da história oral, pois tem como objetivo perceber através das vozes das mulheres, traços da história da comunidade, para pensar sobre relações de gênero e lutas pelo direito ao acesso às políticas públicas. E analisam como o poder feminino se constrói, com base nas experiências comunitárias, com a busca pela promoção do desenvolvimento da comunidade rural negra frente às políticas sociais. Assim, esse trabalho procura revisitar alguns silêncios da história das mulheres negra, pois consideram que o não dito é matéria-prima para os historiadores. Questão importante esta, pois é através do não dito que podemos preencher as lacunas que ficaram durante vários tempos.

Já com relação à pesquisa de Francinilda Rufino de Souza intitulada de *A arte da benção e da cura na memória e identidade das mulheres das comunidades quilombolas Caiana dos Crioulos e do Grilo*, tem como objetivo dar voz as mulheres que foram, no decorrer da história, silenciadas, possibilitando que essas mulheres agora tenham o direito a exercer a fala, que foi por muito tempo negado (cf. SOUZA, 2011, p. 01).

Assim, por ser em nossa sociedade contemporânea ainda pouco visibilizada, a pesquisa visa destacar a mulher benzedeira-curandeira, que atuam em suas comunidades rurais quilombolas. Além disso, tem como objetivo destacar o caráter tradicional em que a comunidade quilombola está inserida. Essas continuam sustentando no seu cotidiano saberes que foram dos seus antepassados (cf. SOUZA, 2011, p. 07), porém, é perceptivo que esse conhecimento de cura está sendo ameaçado de extinguir, por não valorização dos jovens a esses saberes ou pela saída deles da comunidade.

É observado que essas práticas não devem ser conceituadas como velhas, pois elas são renovadas, mas mantendo alguns elementos da tradição. Elas vêm sendo preservadas através de via oral e gestual dos membros familiares que tem o conhecimento. Assim sendo, a autora cita o depoimento de Dona Maria de Lourdes que afirma que a tradição é passada de geração para geração.

Ainda encontramos um enfoque na questão referente ao termo Quilombo que vem sendo discutido atualmente, devido à busca pela certidão expedida pela Fundação Cultural

Palmares de auto reconhecimento das comunidades remanescentes dos quilombos. Além disso, foi com as entrevistas realizadas que se percebeu que existe um forte sentimento de pertencimento e especial das idosas com relação à comunidade. Mulheres, estas agentes de cura, que mais se envolvem com a comunidade por seu relacionamento, conhecimento e participação no cotidiano dos moradores.

Bem como, foi observado que são mulheres respeitadas como verdadeiras sábias, requisitadas pelas pessoas a qualquer mal estar, e de forte liderança. Elas são líderes comunitárias, promovem a preservação do patrimônio imaterial. E para haver a preservação essas líderes contam com o suporte da memória coletiva da comunidade. Com isso, a pesquisa mostra que as comunidades buscam manter vivas suas tradições como forma de se auto afirmar. O estudo ainda volta-se para a origem das benzedeadas que é uma prática muito antiga no Brasil, tendo origem na cultura indígena e em particular na africana.

Portanto, este trabalho pautou sua pesquisa em mulheres idosas e usou a história oral como meio para rememorar usos tradicionais que fizeram e fazem parte da comunidade Quilombola. Práticas de cura que foram passadas para as gerações e tiveram um ressignificado, não perdendo sua essência primeira.

Na monografia de Rejane da Silva Barros sobre, *Tradição e Modernidade: os moradores da comunidade do Grilo como protagonista social* tem como objetivo valorizar as histórias de homens e mulheres negras, com suas lutas, conflitos e cotidiano. Assim, esta monografia dá ênfase à memória e práticas culturais, questão essa também utilizada nos outros trabalhos citados anteriormente.

A autora dá enfoque à escravidão, o termo Quilombo com seus desdobramentos até os dias atuais (cf. BARROS, 2011, p. 01). Ainda faz uma apresentação da comunidade do Grilo sua população, incluindo a origem, permanência refletindo quais aspectos contribuíram para a construção da identidade da comunidade.

Ainda, informa que os únicos estados em que não existe registros de comunidade de remanescente de quilombo é o do Acre e Roraima e também as dificuldades com a regularização fundiária. Porém, as comunidades quilombolas estão conseguindo vitórias jurídicas, pela legalização de suas terras e também passam a serem estudadas por vários pesquisadores nas universidades, a exemplo da comunidade do Grilo. Deste modo, com a publicação da posse de terra e a formação de uma associação que possa reivindicar os seus direitos, onde através disso ela pode exigir seus direitos como moradia, educação, assistência médica e outros que ela tem direito.

Esse trabalho faz menção ao INCRA que ficou com a incumbência de regularizar as terras quilombola em 2003 com a promulgação do decreto nº 4.887 que regulamentou o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação. Assim, ainda mostram dados importantes com relação ao estado da Paraíba que segundo o IBGE tem uma grande quantidade de comunidades quilombola, por causa da participação ativa dos negros que eram escravizados. São ao todo 38 comunidades e entre elas estão as regulamentadas e em processo de regulamentação.

Outro dado que foi coletado é com relação aos moradores não saberem quem foram os primeiros habitantes da localidade. Porém, acreditam que escravos que viviam em fazendas de açúcar de Pernambuco e Paraíba tenham iniciado a povoação. Os idosos dizem que o mais certo que eles podem ter vindo de engenhos próximos, como de Alagoa Grande ou outras cidades.

Temos também a questão da origem do nome Grilo, como citado no trabalho anterior, esse nome se originou de um poço onde as pessoas iam buscar água no tempo da seca e houve uma invasão de grilos que logo deu origem ao nome. Por outro lado, essa comunidade foi reconhecida como descendentes de quilombola pelo Ministério da Cultura em 12 de maio de 2006.

Além disso, através da observação pode-se perceber que nas casas da comunidade impera na cozinha dois mundos, onde em algumas casas existem o fogão a lenha e em outros o a gás. Bem como, existe a questão voltada para o cuidado de repassar sua ideologia e cultura para as crianças para que elas entendam e dê continuidade a valorização e luta da comunidade, mesmo com a invasão de novos hábitos. Também, enfocam nas mulheres que se dedicam ao artesanato, tendo o seu principal o labirinto, mas muitas técnicas ancestrais se perderam com o tempo, como a fabricação de utensílios de cerâmica.

Rejane explica o processo de reconhecimento das terras quilombolas que inclui o relatório técnico que identifica e delimita do território, o INCRA que publica uma portaria de reconhecimento que declara os limites do território e finalmente a regularização fundiária com a retirada de ocupantes não quilombolas através de desapropriação ou pagamentos de indenização. No final, é concedido o título coletivo de propriedade a comunidade em nome da associação de moradores e depois feita o registro no cartório de imóveis.

Na atualidade a autora mostra que segundo a líder comunitária da comunidade do Grilo, existem 180 famílias cadastradas e no ano em que a comunidade foi certificada só existiam 50. Foi analisado que na população há o predomínio de crianças e adultos com a variação de 1 a 5 filhos por família. As comemorações antigas e ainda presentes são a festa

da Padroeira em 12 de outubro, onde também se comemora o dia das crianças. Ainda existe o grupo de ciranda que faz apresentações até fora da comunidade.

Além disso, percebe-se a diferença de antes e de hoje para a comunidade. Antes havia dificuldade, onde viviam isolados sem caminho nem água, mas na atualidade vivem da agricultura com terras arrendadas e com o reconhecimento passaram a ter acesso a Bolsa Família e programa de cesta básica. Ainda é observada a renda familiar que chega a dois salários mínimos e a maioria possui uma renda abaixo de um salário. Outras famílias que tem um salário são aposentadas ou agricultores. Na pesquisa foi detectado que nas residências existem um ou mais veículos que podem ser carro, moto, bicicleta ou jegue. Não existe água encanada, a escolaridade dos adultos é o ensino fundamental incompleto, o EJA está presente na comunidade, a religião predominante é a católica, mas existe um crescimento da evangélica.

Com relação a se identificar como quilombola, os mais velhos se identificam, porém alguns jovens não aceitam serem quilombolas e não querem dizer que moram na comunidade. E segundo relatos existem ameaças por parte de fazendeiros, pois o INCRA desapropria terras que pertenciam aos fazendeiros.

A comunidade tem ajuda de grupos da Bélgica e da Itália que subsidiam em troca de desenvolverem pesquisas. O grupo Italiano ajuda com cestas básicas mensais para todas as comunidades quilombolas da Paraíba e o da Bélgica tem um projeto de pesquisa com duração entre 18 e 30 e eles visitam duas vezes ao ano todos os quilombolas do Estado. Outro representante que ajudou a comunidade foi o ex-padre Luís que junto ao Projeto Cooperar construiu 96 cisternas. Também foi visto que a tecnologia no período da pesquisa estava chegando à comunidade, pois uma antena de internet estava para ser instalada. Como também havia um planejamento de aulas de informática para os jovens.

No decorrer da pesquisa a autora observou a falta de maior assistência médica, segurança, serviço de correios saneamento básico e infraestrutura. E com relação a se identificar como quilombola, foi visto que existem alguns jovens que não aceitam serem quilombolas não querendo nem dizer que são da comunidade. E segundo o líder comunitário pesquisado o preconceito ainda existe na comunidade.

O trabalho realizado por Eulália Bezerra Araújo e Vanessa Emanuelle analisa o processo de auto-reconhecimento da comunidade do Grilo, de modo a perceber como este se configura enquanto experiência de reivindicação dos direitos da população negra. Elas usaram de entrevistas com os moradores e participantes da AACADE(Associação de Apoio as Comunidades Afrodescendentes) e da CECNEQ (Coordenação Estadual das Comunidades

Negras e quilombolas). A entrevista com a AACADE e CECNEQ teve o objetivo de tentar captar qual a atuação no processo de autoconhecimento exclusivamente no Quilombo do Grilo.

Assim, foi percebido na pesquisa que os direitos adquiridos não estão presentes no universo simbólico da comunidade, pois membros entram em conflitos por acreditarem que estão tomando terras dos outros. Como também, traz uma contribuição expondo que foi em 2005 que se intensifica a emissão pela Fundação Cultural Palmares de certidões de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos na Paraíba.

A pesquisa feita com a AACADE e CECNEQ trouxeram informações de que a falta de terra é um dos problemas dessas comunidades, e a consequência é a migração em busca de trabalho ocasionando a dispersão dessas comunidades. Elas percorrem em sua análise sobre processos legais necessários ao auto-reconhecimento de uma comunidade quilombola e os direitos que lhe cabem.

Este trabalho também apresenta como se efetivou o auto-reconhecimento do Quilombo do Grilo, que teve início com discussões de membros da AACADE e CECNEQ que por verem a situação do Grilo realizaram reuniões com o objetivo de instaurar entre os moradores a percepção de que formam uma comunidade quilombola e por isso são portadores de direitos específicos.

Além disso, nas entrevistas feitas pelas autoras foi observado que os informantes ouvidos na pesquisa já ouviram falar que o Grilo é um Quilombo, porém demonstram uma grande dificuldade em explicitar o que vem ser um Quilombo e o que é ser quilombola. Mas depois do auto-reconhecimento e o interesse das pessoas pela localidade, os habitantes do Grilo passam a buscar sentido para nova conjuntura. E mesmo desconhecendo o que é um Quilombo procuram explicar a nova condição.

Podemos detectar nessa pesquisa uma característica singular do Grilo, que é a ausência de uma conexão imediata com a África e com a escravidão. A sua formação está diretamente ligada a elementos da cultura nordestina e paraibana, onde a África não é pensada como um lugar de origem ou de antepassados. E que as famílias possuem pequenas faixas de terra que foram deixados pelos pais ou moradores sem registro em cartório.

Além disso, uma questão destacada nesse trabalho que não visualizei nos outros, foi com relação os relatos dos pesquisados do Grilo sobre a forma de trabalho que ao arrancar o agave maltratava as mãos e ombros, levando a migração de muitos dessa comunidade para o Rio de Janeiro em busca de melhores condições de trabalho, dispersando os membros dessa comunidade.

Deste modo, uma análise feita por Eulália Bezerra Araújo, Vanessa Emanuelle e Mércia Rejane Rangel Batista no artigo intitulado *Em busca de um direito: o processo de auto-identificação da comunidade quilombola do Grilo*, no mostra todo o processo de auto-reconhecimento da comunidade do Grilo passando pela configuração paradoxal existente no universo desse quilombo.

Portanto, são trabalhos que nos ajudam, através de várias pesquisas, a entender melhor a comunidade de Grilo. Pesquisas que como vimos enfocam vários aspectos desse Quilombo, incluindo os problemas que foram encontrados, como também as vitórias adquiridas através de lutas e persistência. Uma comunidade que a água ainda é problema como também o difícil acesso, nos leva a refletir que mesmo havendo uma grande evolução com relação aos direitos adquiridos por eles, ainda faltam muitas coisas a serem feitas por lá.

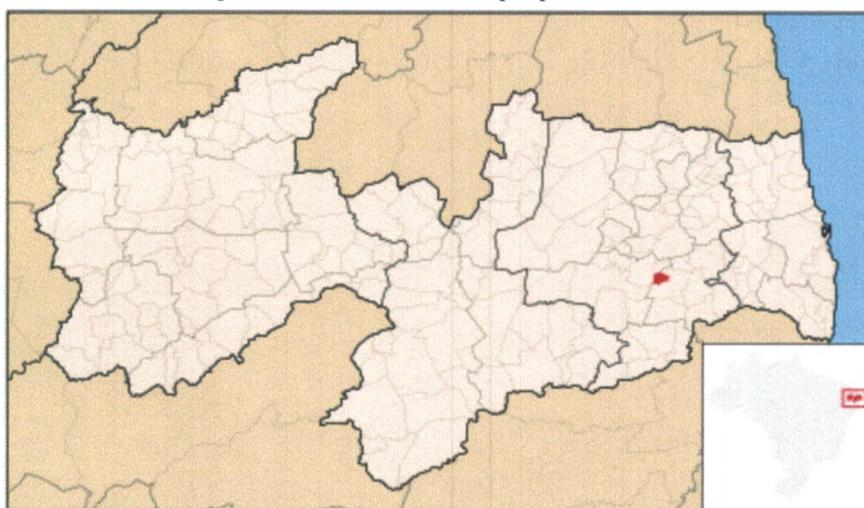
Em meio a todas essas informações, trago uma abordagem que difere das outras produções aqui presentes já que elas foram produzidas antes da comunidade quilombola do Grilo receber a titulação da terra em 2016. Titulação, que vou apresentar no terceiro capítulo desse trabalho, e que foi assinada pela presidenta Dilma Rousseff antes do impeachment. Além disso, no próximo capítulo procuro analisar os relatos orais dos moradores da comunidade do Grilo, buscando compreender os usos do passado na luta política do presente.

CAPÍTULO II

ANÁLISE DOS RELATOS ORAIS DOS MORADORES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO GRILO

Nosso interesse volta-se agora para apresentar a comunidade remanescente de Quilombo do Grilo. Apresentamos um mapa para o leitor que identifica a localização desse Quilombo.

IMAGEM 01 - Mapa da Paraíba com destaque para o Riachão do Bacamarte



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Riach%C3%A3o_do_Bacamarte#/media/File:Paraiba_Municip_RiachaodoBacamarte.svg

IMAGEM 02 – Parte baixa da Comunidade do Grilo



Fonte: Acervo pessoal

A comunidade quilombola do Grilo está situada em um lajedo na zona rural no município do Riachão do Bacamarte no agreste paraibano a 16 km da sede municipal da

cidade. Uma região de difícil acesso com lajedos muito acidentados e casas localizadas na parte de cima do Grilo e também na parte de baixo. Um povo, que em sua maioria é composta por negros, hospitaleiros que encanta aos visitantes por sua humildade e força para enfrentar os desafios do cotidiano. Deste modo, antes de iniciarmos a nossa pesquisa referente às narrativas desses moradores, vamos fazer uma análise a respeito da história oral.

Muito se tem discutido hoje sobre a história oral que no Brasil data dos anos 1970, mas somente nos anos de 1990 é que teve maior expressão com a criação da Associação Brasileira de História Oral. Porém, para alguns historiadores tradicionais as fontes orais “são subjetivas” por nutrirem-se de memória individuais, pois estas podem ser “fantasiosas”. Mas falar em subjetividade, nos leva a pensar que as fontes escritas podem ser subjetivas, já que temos que levar em consideração quem escreveu essas fontes.

Percebe-se que em épocas anteriores a história acadêmica e também científica fazia-se apenas com bases em documentos escritos, tendo as evidências orais excluídas. Mas isso mudou, visto que alguns historiadores buscavam novos temas e fontes de informações, e iniciaram o fazer histórico usando fontes orais. Com isso, serviu-se de temas de outras disciplinas como, por exemplo, a antropologia, que por sua influência, os historiadores passaram a se interessar por questões culturais e estudos sobre mentalidades. A sociologia desenvolveu recursos técnicos, incluindo o aperfeiçoamento da entrevista e protocolos de pesquisas aplicadas a história oral. Bem como a psicologia, psicanálise, linguística, folclore entre outras também deram a sua contribuição para a constituição de um campo de pesquisa na história oral.

Acrescenta-se também que a história oral antropológica levou a história política a não mais se interessar exclusivamente pelos feitos dos tidos como os grandes heróis da história, mas passando a interessar-se pelas testemunhas. Com isso, a história política agora não é exclusividade das elites, passando a abordar temas de uma forma mais ampla.

Contudo, a história oral é rotulada como sendo de segunda classe e menosprezada, pois os relatos, as narrações, as histórias de vida, a memória e as recordações são qualificados como elementos “subjetivos” e de difícil manejo científico. Além do mais a escola positivista com sua desconfiança com relação ao presente e recusando a testemunha, considerava as palavras não “confiáveis”, acreditando nos documentos escritos.

Todavia, foi no século XX que a testemunha ocular ganha credibilidade e sua mensagem precisa chega a todos, com a necessidade do gravador que nessa ocasião passa a ser documento sonoro e fonte utilizada pela história.

Assim sendo, para melhor compreensão do percurso da história oral se faz necessário uma análise referente à sua atuação no mundo. Neste sentido, a primeira geração surgiu nos Estados Unidos nos anos de 1950 e estava do lado das ciências políticas, preocupando-se com os notáveis. Já no México desde o ano de 1956 há arquivos sonoros no Instituto Nacional de Antropologia que registram recordações de chefes da Revolução Mexicana. Além disso, na Itália Martino, perto dos partidos de esquerda, utilizou a pesquisa oral para reconstituir a cultura popular “dando voz” aos ‘povos sem história’. Esta valoriza os indivíduos que não tiveram voz no decorrer de muitos anos. Em 1980 na França realizou-se o primeiro encontro francês de pesquisadores orais e na América Latina em 1975 criou-se a Fundação Getúlio Vargas o (CPDOC), o primeiro programa de história oral que tinha o objetivo colher depoimento dos líderes políticos desde 1920.

Além do mais, seguiu na Costa Rica com a Escola de Planejamento e Promoção Social da Universidade Nacional que organizou o primeiro concurso nacional de autobiografias de camponeses. No Equador, Bolívia e Nicarágua foram realizadas pesquisas orais no mundo camponês e na Argentina, em 1983, projetos orais foram multiplicados. Já no Japão, em 1986, a Sociedade de Ciências Históricas organizou o primeiro simpósio de história oral.

Nesse sentido, foi nos anos de 1980 em que ocorreu uma multiplicação de colóquios internacionais, levando a uma disseminação da história oral nas universidades e museus, ocasionando os arquivos a sentirem a necessidade de associar-se a programas de história oral. Deste modo, esta agora se encontra difundida no mundo universitário com diferenças, conforme o país.

Nessa perspectiva, é de fundamental importância que não podemos perder de vista na história oral, questões como o não dito, o silêncio, a repetição desnecessária, o lapso de memória e a divagação, visto que são elementos estruturantes do relato, tendo que ser analisados. Somam-se a isto, a valorização das ‘grandes testemunhas’ e, igualmente, as ‘pequenas testemunhas’, já que elas têm uma contribuição importante e são atores da história. Nesse sentido, “a grande testemunha é aquela que construiu sua identidade sobre uma ação voluntária e conscientemente interpretada, qualquer que tenha sido o nível de responsabilidade ou de ação reais” (VOLDMAN, *In*: FERREIRA; AMADO, 2006, p. 41).

A propósito disso, o importante quando falamos de história oral, é dá voz também aos excluídos, ou seja, as minorias e marginalizados que ao longo da história foram silenciados e não tiveram suas memórias valorizadas, pois quem tinha voz eram os ditos feitos grandiosos e integrantes da elite. Dessa forma, a história oral busca o interior das experiências

dos atores sociais. Nessa perspectiva escreve Berker: “ela pode dar a palavra aos esquecidos da história, aos que não tem capacidade, nem tempo, nem vontade de escrever” (*In*: FERREIRA; AMADO, 2006, p.29).

Com isso, nós como historiadores munidos de um pouco de conhecimento, podemos favorecer o desenvolvimento do nosso interlocutor, que talvez possa se considerar insignificante, achando que não contribui em nada para a história. Assim sendo, devemos levá-los a construir o seu próprio relato e mostrar que ele tem seu papel, mesmo não tendo muitas vezes consciência de sua importância.

Portanto, antes de iniciarmos a análise dos narradores da comunidade Quilombola do Grilo, precisamos entender um pouco da sua história. Em princípio, o Grilo, mesmo estando situado no Riachão do Bacamarte hoje, antes fazia parte do Ingá, tendo sua história ligada a esse território. Deste modo, segundo o site do IBGE o primeiro contato do homem branco com as terras do município do Ingá foi em 1599 foi organizada pelo terceiro governador da Capitania Real da Paraíba. O povoamento do Ingá se manteve graças às condições adequadas para o cultivo do algodão e de outras culturas como o milho e o feijão. E em 1804 esse povoado foi elevado à vila com o nome de Vila do Imperador, tendo o algodão proporcionado que a vila prosperasse, ocasionando também o crescimento populacional a parti da década de 1850.

Com isso, o algodão está diretamente ligado à concentração de riqueza nas mãos de alguns, mas também no aumento da miséria de outros. O algodão era destinado ao consumo interno para confeccionar vestuários para os escravos e sacaria para os engenhos de açúcar, mas com o advento da Revolução Industrial Inglesa e o bloqueio de produção resultante da guerra nos Estados Unidos pela independência, o algodão no Brasil passa a ser favorecido e destinado à exportação.

Porém, os Estados Unidos volta ao mercado e os produtores intensificam a produção do algodão para manter os lucros, levando a diminuição de terras para o cultivo de alimento de subsistência. Isso levou a vida ficar mais difícil com o crescimento da tensão social. E durante as quatro primeiras décadas do século XX o algodão se recuperou e trouxe prosperidade a Vila do Ingá e ela foi elevada a cidade em 1938 com a povoação do Riachão do Bacamarte mantendo o mesmo status.

Contudo, mesmo com a crescente prosperidade, as condições de vida da população eram muito precárias com a característica da região e o crescente índice de criminalidade. Assim como, em 1950 o Ingá vivencia anos de declínio da produção do algodão que foi substituído pelo agave. Logo, essa crise levou a saída de muitos camponeses

que iam morar na área urbana ou foram à procura de terras que pudesse arrendar para garantir o sustento da família, como também trabalhar de ‘aluguel’ nas plantações de cana de açúcar no litoral da Paraíba e Pernambuco ou iam para o sul a procura de trabalho (*cf.* BATISTA, 2013, p. 145-147).

Em virtude dos dados mencionados, vemos que a história do passado de vida difícil cheia de percalços, repetisse no presente na comunidade do Grilo, que mesmo com o passar dos anos e com algumas políticas voltadas para a valorização dos remanescentes quilombolas, permanece tendo dificuldades. Contudo, eles continuam lutando por melhores condições de vida para a família, incluindo a comunidade.

No que se refere à história oral lembramos que:

[...] A história oral não possui os fundamentos filosóficos da teoria, nem os procedimentos que [...] possam ser qualificados como metodologia. Ela é fruto do cruzamento da tecnologia do século XX com a eterna curiosidade do ser humano (ROGER, *apud* FERREIRA; AMADO, 2006, XIII).

Consequentemente, foi usando a tecnologia e munida de curiosidade que iniciei as minhas entrevistas com a comunidade quilombola do Grilo. Uma comunidade que me recebeu muito bem e que fez com que eu aprendesse muito com relação a sua história, mas também me ensinou o significado de se pensar no coletivo.

Ao utilizarmos da memória não podemos deixar de analisá-las mediante os fatos históricos ocorridos. Assim, não podemos esquecer-nos, enquanto historiadores, de tentar nos aproximar da verdade, mas não de uma verdade integral, porém como uma possibilidade. É nessa perspectiva que devemos refletir a memória:

Assim, não é mais um fato negativo o depoente pode “distorcer” a realidade ter falhas de memória ou “errar” em seu relato; o que importa agora é incluir tais ocorrências em uma reflexão mais ampla, perguntando-se por que razão o entrevistado concebe o passado de uma forma e não de outra e porque razão e em medida sua concepção difere (ou não) dos outros depoentes (ALBERTI, 2005, p. 19).

A partir desse momento, podemos falar da comunidade do Grilo e utilizar as narrativas dos moradores, ligadas ao passado escravista e a práticas culturais que proporcionaram o fortalecimento e a luta política do presente. Desta forma, pesquisando com os moradores sobre a origem da comunidade e também do nome dado a região, percebi que todos entrevistados convergem para uma mesma opinião com relação à origem do nome Grilo. Tendo esse nome se originado por causa de uma cacimba em que os moradores iam buscar água, por não terem ela encanada em suas residências, e lá encontravam muitos grilos

cantando. Daí a comunidade foi batizada de Grilo. Essa explicação encontra-se no relato a seguir:

Segundo o pessoal mais velho, meus parentes, tinha aqui embaixo uma cacimba e nessa cacimba era onde o pessoal utilizava a água para dá o gado e para beber naquela época tinha que ser tudo ali. A naquela época os grilos na beira da cacimba cantava muito, e foi ai que se batizou pelo nome grilo ficando até hoje (Entrevista concedida por Elias Coelho Tenório, em 04 fev. 2017).

Segundo esse relato podemos perceber que o passado não está ligado a um único indivíduo, mas na memória do coletivo, falando de um passado que está na memória comum de todos outros membros da mesma comunidade. Com isso, podemos problematizar a memória pensando que:

A memória, no sentido básico do termo, é a presença do passado. A memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma construção psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional (ROUSSO, *In*: FERREIRA; AMADO, 2006, p. 94).

Acrescenta-se, também, quando pergunto da origem da comunidade, os entrevistados não sabem precisar bem a origem, todavia Dona Lourdes, uma senhora de 71 anos relata que seu bisavô era escravo e fugiu da senzala, vindo se esconder na região de baixo em uma loca chamada “loca da bexiga”, trazendo sua família. Esta consistia de três filhos chamados de Maria, Josefa e João. Ele vinha se escondendo por dentro dos matos se estabelecendo na comunidade. Ainda diz que com o falecimento de sua primeira esposa ele casou-se com a tia da mãe de Dona Lourdes, morrendo com 98 anos e chamando-se de Pai Mané.

Com isso, ele nos leva a refletir sobre a origem dessa comunidade do Grilo, que nos remete a comunidade quilombola de Pedra D’Água situada no Ingá. Segundo o Relatório Final do Quilombo do Grilo,

os negros de Pedra D’Água se pensam e se referenciam como descendentes de Manuel Paulo Grande. Ele provavelmente comprou as terras em que se estabeleceu com sua família, que hoje é referencial de ancestralidade (não se sabe identificar como essa terra tornou-se dele) (Cf. BATISTA, 2009, p. 98).

Deste modo, existe uma relação de parentesco entre os moradores de Pedra D’Água e Grilo. Este compartilha com aqueles a condição de descendentes negros reconhecidos pelos vizinhos como sendo os ‘neguinhos do Grilo’.

Também ainda segundo e mesmo relatório: “Manuel Paulo Grande é descrito por suas netas como sendo perseguido durante o conflito que atravessou essa região e que ficou conhecido como ‘a Revolta do Quebra Quilos’ (1874-75)” (*Ibid.* p. 98). Nesse sentido, encontramos ainda no Relatório Final de Rogério Humberto Zeferino Nascimento que trata da comunidade quilombola de Pedra D’Água que:

O Quebra Quilos foi um movimento de caráter popular com uma expressiva participação negra. Assim, no caso do movimento e segundo Luciano Mendonça (2006) em sua dissertação de mestrado, nela é possível perceber que houve uma participação de negros libertos e escravizados, procurando por fim a escravidão. Consequentemente, o desfecho trágico da repressão, impôs-se aos negros que se destacaram a fuga. Nessa perspectiva, Manuel Paulo Grande foge e adentra o mato procurando local de refúgio seguro (*Cf.* NASCIMENTO, 2009, p. 55).

Não foi sem propósito que ele tenha procurado se esconder em locais de difícil acesso. E nessa direção foram recolhidas informações que está no Relatório Final do Quilombo de Pedra D’Água que as famílias negras deste Quilombo tem no antepassado Manuel a figura comum de onde as famílias Paulo, Firmino e Coelho surgiram.

Nessa perspectiva, voltando ao Relatório do Grilo, foi construída uma hipótese segundo dados recolhidos na pesquisa em Pedra D’Água, que alguns dos filhos de Manuel Paulo Grande ao se retirar de Pedra D’Água terminou se localizando onde hoje é o Grilo. Estes descendentes casaram-se entre eles mesmos, na maioria das vezes, e foram se estabelecendo ao redor dos pais e passando a depender das terras vizinhas para manter seus roçados, não mais como moradores, mas como arrendatários.

Essas informações são pertinentes, pois podemos pensar que a memória usada no presente serve como base para as conquistas políticas da atualidade. Assim, de acordo com Le Goff, (1990,p.51) “toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo”.

Bem como, no que diz respeito à busca no passado feita por quilombolas da comunidade do Grilo, percebe-se que eles se originam de uma mesma família, em sua maioria, e os casamentos em sua grande parte são feitos entre primos, tornando-se base para a vida que se está compartilhando. Logo descendendo de uma trajetória histórica própria. Isso é relatado por uma moradora da comunidade: “aí, meu primo segundo tinha chegado do rio e ficou na casa da minha avó. Ele gostou de mim e eu gostei dele. Ai, a gente se juntou e eu vim parar aqui, e desde desse dia que eu estou aqui. E construí minha família junto com ele” (Entrevista concedida por Gracilene Graciliano dos Santos Tenório em 04 fev. 2017). Além

disso, Dona Lourdes também relata a mesma situação, que se casou com um primo. Ela nos descreve essa especificidade: “os quilombolas aqui são quase tudo família. É primo casado com primo” (Entrevista concedida por Maria de Lourdes Tenório Cândido em 04 fev. 2017).

Dessa maneira, essa relação de parentesco foi crescendo e favorecendo a manutenção do sentimento familiar, fazendo com que a comunidade se constituísse entre família, com uma ancestralidade negra relacionada com a resistência e a opressão. Nesse sentido, a composição da comunidade do Grilo se dá a partir de uma formação social e histórica singular, através de laços de parentesco e do cotidiano.

Com isso, segundo o Relatório Final do Grilo, através relatos feitos pelos quilombolas foi possível destacar os elementos aglutinadores e orientadores dessa comunidade. “Uma família extensa, com uma consciência de negritude, com uma prática de casamento entre eles mesmos e com a dificuldade de garanti a sobrevivência, respeitando um certo modo de vida” (Cf. BATISTA, 2009, p.56).

Além disso, quando falamos de auto-reconhecimento da própria comunidade, nos deparamos com situação nada fácil. Pois segundo Leonilda (líder comunitária), alguns não queriam se assumir quilombola, mas quando se começou a fazer as reuniões, e ela passou a ir para Brasília o povo ficou com mais garra. Ela ainda relata que: “para comunidade deu um reboleço grande, quando agente começou a falar sobre os quilombolas, porque muita gente não entendia” (Entrevista concedida por Leonilda Coelho Tenório dos Santos em 04 fev. 2017).

A esse respeito temos ainda a fala de Gracilene, cunhada de Leonilda, assegurando que: “muitos não se aproximavam não. E ficamos como diz o ditado com a pulga atrás da orelha. Não se envolvendo de uma vez não, até porque o povo nunca viu isso aqui e ficavam sem saber o que era. Muita gente dizia: cuidado! muita coisa assim dando de graça” (Entrevista concedida por Gracilene Graciliano dos Santos Tenório em 04 fev. 2017).

Cabe analisarmos a questão de autoafirmação da comunidade quilombola, estando permeada de preconceito, que se origina da falta de conhecimento e de aspectos historicamente construídos. Portanto, esse processo é relatado também por outro morador:

Para quem não tinha conhecimento do que estava acontecendo tinha aquele pouquinho de reação, mas para aqueles que estavam mais por dentro do que estava acontecendo no caso eu, comadre Paquinha e outras pessoas que sempre viajam para reuniões estávamos por dentro (Entrevista concedida por Elias Coelho Tenório em 04 fev. 2017).

Assim sendo, essas narrativas nos deixa claro que a falta de conhecimento, aspectos que foram construídos no decorrer da história e a visão negativa que se tem dos

negros, faz com que a autoidentificação tenha sido um processo difícil na luta política do presente. É oportuno lembrar que para chegar a ter o direito a terra, faz-se necessário que os membros da comunidade se identifiquem como sendo remanescente quilombola. Entretanto, como podemos esperar que houvesse uma autoidentificação fácil em um país que renega o negro e valoriza o branco, em um país em que não se dá direitos iguais para todos e que ser negro é encontrar obstáculos todos os dias. Nesse sentido, podemos refletir melhor através dos relatos, citados acima, dos moradores da comunidade quilombola do Grilo, referente à difícil aceitação dos moradores. Conforme Woodward: “assim, essa redescoberta do passado é parte do processo de *construção da identidade* que está ocorrendo neste exato momento e que, ao que parece, é caracterizado por conflito, contestação e uma possível crise” (WOODWARD, *In: SILVA*, 2009, p.12).

Contudo, essa dificuldade e resistência de autoidentificação foi minimizada através do contato com outros representantes da comunidade, além de um constante trabalho de conscientização feito em reuniões e visitas pelos membros da Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afrodescendentes (AACADE-PB). Com isso, muitos conseguiram perceber a importância que tem o auto-reconhecimento e as melhorias que o mesmo poderia trazer para a comunidade. Em vista disso, diz o membro da comunidade: “Agora hoje dentro da nossa comunidade estão quase tudo com essa consciência quilombola” (Entrevista concedida por Elias Coelho Tenório em 04 fev. 2017).

Assim, referente a essa conscientização de pertencimento a um grupo Woodward diz:

Seja por meio de movimentos religiosos, seja por meio do exclusivismo cultural, alguns grupos étnicos vem reagindo à sua marginalização no interior das sociedades ‘hospedeiras’ pelo apelo a uma enérgica reafirmação de suas identidades de origem (*In: SILVA*, 2009, p.22)

No que concerne à terra ocupada pela comunidade quilombola do Grilo, observei que eles vivem da agricultura de subsistência, apesar de existir alguns que já são aposentados. Eles plantam feijão, inhame, milho e criam galinhas, bodes etc. Assim, a terra para esse povo é tudo, pois é onde eles plantam, colhem e vivem. Essa afirmação pode ser vista nesse relato: “a terra é de onde nós tiramos o sustento de nossa família” (Entrevista concedida por Elias Coelho Tenório em 04 fev. 2017).

Entretanto, segundo informações, antes da titulação, os moradores não tinham liberdade para trabalhar, pois quando chegava o tempo de plantar eles não plantavam, porque o dono da terra só liberava o roçado quando queria. Por isso, eles plantavam fora do tempo e

para colher não tinha a oportunidade de tirar o que lhe era de direito, já que o dono da terra colocava o gado antes. No relatório encontramos informações referente a essa situação, que diz que para ser agricultor é, para muitos, pagarem foro ao alugar uma terra, roçar o mato, limpar e depois colher. Arrendar pedaços de terra por até dois anos. E o roçado era para o consumo, com pouco excedente para o comércio.

Ainda, trabalhava-se na terra de Américo Sobrinho três para o patrão e dois para si mesmo. Também, muitos moradores do Grilo trabalharam nas terras do fazendeiro Honório Alves que segundo relatos, ele deixava todo mundo morar na terra dele, porém Rita dos Santos Tenório, nascida em 1954, casada com Manoel Coelho Tenório, filho de Dôra, conta os seus pais foram moradores de Honório Alves e trabalhavam cinco dias para o patrão e só podiam cultivar o próprio roçado no sábado.

Além disso, é oportuno destacar Dona Lourdes, de 71 anos, uma das mais velhas da comunidade, fábrica utensílios de barro, ofício este que aprendeu com sua mãe, Dona Dora que tinha a tradição de produzir objetos de barro. Hoje Dona Lourdes continua praticando a atividade que aprendeu com sua mãe, mas não somente ela, sua irmã Paquinha, líder comunitária também aprendeu essa atividade.

Desta maneira, vale lembrar que Dona Lourdes tem um quarto com suas peças de barro, servido para quando algum visitante chegar e precisar comprar. Contudo, não só a cerâmica é uma atividade presente na comunidade, o labirinto faz parte da mesma, refletindo a importância dessas práticas culturais passadas por gerações, desse modo proporcionando a sociabilidade e fortalecimento da sua identidade.

IMAGEM 03: utensílios de barro



Fonte: acervo pessoal

IMAGEM 04: Dona Lourdes, oleira da comunidade do Grilo



Fonte: blog da Jornalista Adriana Crisanto. Disponível na Internet.
<http://adrianacrisanto.blogspot.com.br/2012/05/louceira-quilombola-faz-performance.html> Acesso em:
03 fev. 2017.

A propósito, no que diz respeito a localização do Quilombo do Grilo, podemos observar que ele encontra-se situado em um lajedo íngreme de difícil acesso. Este é uma característica de alguns quilombos, tendo em vista que muitos deles se formaram próximos às cidades. Desta maneira, a localização difícil servia provavelmente para dificultar a captura dos escravos pelos donos das terras. Entretanto, hoje esse difícil acesso ocasiona problemas para os moradores, que reivindicam melhores condições de acessibilidade para essas terras. Gracilene, moradora, relata esse anseio: “esperamos um caminho com uma rodagem boa, porque quando chove aqui fica ruim para passar. Precisamos de um caminho bom” (Entrevista concedida por Gracilene Graciliano dos Santos Tenório em 04 fev. 2017).

Em consequência disso, a uma acentuada exclusão, fazendo com que essa comunidade fique isolada, longe da sociedade urbana, tendo que usar de meios para sua sobrevivência, logo se tornando invisível para os poderes públicos. Segundo Batista:

[...] um dos primeiros passos dados no processo de auto-reconhecimento é se identificar a comunidade enquanto remanescente de quilombo. Nessa descrição percebemos dois elementos que norteiam a ideia de quilombo: as pessoas, ou seja, o tipo físico, a cor da pele, e a característica da “localização geografia,” isto é, o difícil acesso, o isolamento. Porém, não podemos resumir a definição de quilombo a esses dois elementos, pois estaríamos excluindo uma série de circunstâncias envolvidas na geração do mesmo (*In*: BANAL; FORTES, 2013, p. 134).

Além disso, existe uma ligação cultural dessa comunidade com relação as festas de São João, o samba, a ciranda e o coco de roda e as novenas. Perguntado a Dona Lourdes quais as tradições que ainda eles mantem? ela responde que é a ciranda, o coco de roda, estas tradições antigas. Este é um ritmo que usa o triângulo, a zabumba e o chocalho com os bater dos pés, convidando todos para a ciranda. O São João era uma época em que se brincava muito de ciranda, mas segundo relatos ela nos dias atuais tem ficado rara. E segundo Elias o mês de maio era marcado pelas novenas nas casas dos moradores, já que no Grilo não existia igreja. E por terem parentes em Pedra D’ Agua, era comum os moradores do Grilo participarem de festividades nesse quilombo.

Contudo, para a tradição não ficar no esquecimento é necessário o trabalho das novas gerações para manter essa tradição viva. Esta preocupação está no depoimento da jovem da comunidade de 29 anos: “o trabalho maior é manter a cultura para que não se acabe, porque os mais idosos vão parar, e nós temos que continuar com tudo. Com a cerâmica, com as danças, com tudo” (Entrevista concedida por Massilene Tenório da Silva em 04 fev. 2017).

No que diz respeito às manifestações culturais negras, a ciranda e o coco de roda estão entre elas. A ciranda que surgiu na região litorânea do Nordeste e tem sua referência em

Pernambuco, nasceu de mulheres de pescadores que cantavam e dançavam esperando que esses homens voltassem do mar. É uma dança comunitária em que se constitui em círculo que vai aumentando na medida em que as pessoas vão chegando. De mãos dadas, a cada giro os integrantes imitam o vai e vem das marés. O mestre cirandeiro é o integrante mais importante da roda, cabendo a ele ‘tirar as cantigas’, improvisar versos e tocar o ganzá enquanto preside a brincadeira coordenando a percussão¹.

Ainda mais, o coco de roda é uma variante do samba de coco. A sua apresentação está ligada à constituição das comunidades negras em Pernambuco e Alagoas, com forte influência indígena. Os quilombolas cantam enquanto pratica o ritual da quebra do coco para a retirada da amêndoa, que é essencial no preparo de alguns alimentos. No Samba, o tirador do coco, também chamado de coqueiro ou conquista, é quem puxa os versos que podem ser tradicionais ou improvisados, que são sempre respondidos pelo coro de participantes. A tradição possui inúmeras variantes: coco de umbigada, coco-de-embolada, coco-de-praia, entre outras². E segundo Maracajá: (2015, p.66)

A Comunidade Grilo, atualmente, busca “reconstruir” suas tradições, e a dança, especificamente a ciranda, apresenta-se como uma marca ou elemento de tomada de posse da identidade negra do território, um traço identitário que funciona como uma diferença marcada pelo pertencimento, que os coloca numa divisão das fronteiras entre os de fora e os de dentro.

Nesse sentido, essas manifestações do passado e que permanece no presente, trazem significados para essa comunidade, fazendo fortalecer a identidade da comunidade do Grilo. E segundo Silva: (2009, p.82) “afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre ‘nós’ e ‘eles’”.

Por outro lado, a religião é um fator a ser mencionado, pois na comunidade muitos se declaram católicos, mas também tem os protestantes. E quando mencionado com relação à religião de matriz africana, não se tem registros de centros com essa manifestação religiosa. Assim, citando a questão religiosa referente ao candomblé ou umbanda a líder comunitária relata:

O candomblé eu acho muito bonito e quando vou a Recife eu gosto de olhar o pessoal dançando e brincando, é um divertimento para o corpo e para mente. Eu não me identifico, mas acho bonito. Aqui na comunidade não tem centro, mas uma tia que faleceu tinha uma casinha e tinha os brinquedinhos

¹ (cf. FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Cirandas**. Disponível na Internet. http://www.palmares.gov.br/?page_id=34089 Acesso em: 06 de fev. 2017).

² (cf. FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Samba de coco**. Disponível na Internet. http://www.palmares.gov.br/?page_id=34089 Acesso em: 06 de fev. 2017).

dela lá e rezava muito bacana. Eu tenho medo que essa cultura que veio de longe agente perca ela. Se agente não vigiar vai acaba (Entrevista concedida por Leonilda Coelho Tenório dos Santos em 04 fev. 2017).

A propósito dessa afirmação, percebe-se que não há uma relação direta com a religião oriunda da África nessa comunidade, no tempo presente, mas como citado, houve práticas no passado dessa cultura de origem africana. Além do mais, o que foi observado é a predominância de uma divisão entre católicos e protestantes. Assim, Elias nos relata:

Eles acham que a religião evangélica é a melhor, e que a católica não anda certo. E a capoeira eles tem um preconceito muito grande, eles dizem que é negócio para desordeiro, para quem gosta de confusão (Entrevista concedida por Elias Coelho Tenório em 04 fev.2017).

Deste modo, é explicável essa situação referente ao Quilombo do Grilo, já que o nosso processo histórico foi pautado por uma hegemonia cristã. Começando pela colonização com a vinda dos jesuítas, que tinha o intuito da catequisar os indígenas do território colonial e submeter à população nativa a cultura europeia. Já no período imperial a igreja estava ligada ao Estado, onde a igreja executava tarefa administrativa que hoje é atribuição do Estado, como os registros de nascimento, casamento, morte e mantinha os hospitais e em contrapartida, o Estado nomeava bispos, párocos e dava licenças para construção de novas igrejas. Ainda no período republicano a relação entre a igreja e o Estado foi de respeito mútuo e cooperação com relação aos seus interesses. Nesse sentido, encontramos nos dias atuais os vestígios de toda essa influência cristã na nossa história, fazendo com que fique compreensível a não existência da religião de origem africana nos quilombos.

Por conseguinte, mesmo não se identificando com a religião, podemos concluir no depoimento de Leonilda, que ela apresenta uma preocupação referente à manifestação religiosa dos seus antepassados, visto que, ela tem medo que a cultura trazida da África possa acabar. Com isso, em uma área em que a manifestação afro é taxada, pelas religiões predominantes, como “demoníaca” fica inviável para aqueles membros da comunidade, que possa ter o desejo de expressar sua religiosidade, expor livremente essa prática.

Nesse sentido, é curioso, porém compreensível historicamente, que em uma comunidade quilombola em que sua ancestralidade está ligada a resistência e a escravidão, e que a manifestação religiosa dos escravos era a de matriz africana, não tenha como característica essa expressão religiosa. Por conseguinte, cabe uma reflexão com relação a essa situação de restauração de costumes e prática religiosa. A fim de não deixar perder-se no tempo a identidade cultura de um povo que fez a história do país, com base na escravidão e no sofrimento.

Além disso, outro aspecto importante que chama a atenção, é que os informantes ouvidos na pesquisa que demonstram uma dificuldade de expressar o que vem a se constituir um Quilombo. De fato, isso é percebido nos relatos abaixo, quando feito à pergunta: O que lhe vem na memória quando falamos de Quilombo?

O que vem a memória é aquelas coisas antigas assim. Eu lembro muito escravidão, aquele povo sofrido, junta tudo candomblé, essas coisas que dá um conjunto. Tem até a história da macumba. Não sei o que significa isso, mas na verdade vem essas coisas tudo na mente. Um conjunto tudo misturado. (Entrevista cedida por Gracilene Graciliano dos Santos Tenório em 04 fev. 2017)

Também há uma falta de conexão dos pesquisados de forma imediata com a África e com a escravidão. Eles não pensam na África como um lugar de origem de seus antepassados, mas associam simplesmente a escravidão e sofrimento. Nesse sentido, podemos entender essa não conexão, já que não existem possibilidades históricas para eles se afirmarem. No entanto, apesar de não existir essa conexão como citado, eles se sentem felizes por serem quilombolas, já que houve um processo de auto-reconhecimento de fora para dentro, iniciado pelo padre Luiz e a AACADE como citado antes. Isso fica claro nessas passagens. “Eu me vejo um camarada de muito valor. Eu hoje para mim, eu tenho um valor muito grande dentro da sociedade por ser um quilombola” (Entrevista concedida por Elias Coelho Tenório em 04 fev. 2017).

Do mesmo modo a moradora Gracilene expressa o seu sentimento: “eu me sinto bem, não tenho preconceito não, minha família vem de origem negra, vem dessas raízes já, eu já conheço. Nunca tive preconceito” (Entrevista concedida por Gracilene Graciliano dos Santos Tenório em 04 fev. 2017).

Ainda mais, temos Leonilda relatando a sua satisfação:

Eu me sinto muito feliz e elogiada também, aonde eu chego, em qualquer parte, o povo vem me abraçando. Quando eu chego no supermercado e em qualquer repartição o povo diz: é quilombola? ai vem aquele pessoal com uma alegria só. E é uma satisfação imensa (Entrevista concedida por Leonilda Coelho Tenório dos Santos em 04 fev. 2017).

Por fim, Maria de Lourdes que se expressa: “muito feliz, eu amo meu povo. Os quilombolas aqui são quase tudo família. É primo casado com primo” (Entrevista concedida por Maria de Lourdes Tenório Cândido em 04 fev. 2017).

Porém, nem todos pensam assim, alguns sentem vergonha de morar no Quilombo. Essa passagem explica isso:

Uns se reconhecem como quilombola e outros não. Tem gente que tem vergonha de dá o endereço onde mora, devido o nome Grilo e devido quilombo. Uns dizem que mora em Serra Rajada, que é antes de chegar aqui. Dizem que moram em Serra Rajada, mas não diz que mora no Grilo. Acho que é com vergonha do nome ou do quilombo, alguma coisa assim (Entrevista cedida por Massilene Tenório da Silva em 04 fev. 2017).

Compreende-se assim que esses pensamentos são reflexo enraizado em nossa sociedade, ligada a história brasileira com raízes na escravidão, que mesmo com uma luta de conscientização contra o preconceito, ele ainda persiste fortemente em vários âmbitos da sociedade. Deste modo, Dona Lourdes relata uma passagem de preconceito que viveu em seu tempo. Ela expõe que a dona da terra, que hoje pertence ao quilombo, referia-se quando nascia o filho de uma mulher mais branca, de que fulana ganhou um menino. “Pelo contrário, quando a criança era da negra dizia: fulana ganhou um moleque”. Assim, no que diz respeito ao termo moleque, temos que ele chegou no Brasil através dos escravos africanos angolanos, no entanto, com o passar do tempo foi ganhando uma conotação pejorativa, devido ao preconceito existente contra tudo o que era próprio dos negros, inclusive o modo como chamavam os seus filhos. Ainda, no período da escravidão chamar um menino branco de moleque era ofensivo (Cf. DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO. Acesso em: 10 fev. 2017).

Embora, o preconceito vivido pela população negra, encontra-se fora dos quilombos, ele também esta dentro, com os próprios moradores que não querem se reconhecer como negros. Isso é consequência da falta de informação, da falta de investimentos dos poderes públicos com relação à sociedade negra e também de um processo histórico de longa duração que deixou raízes na cultura. Nesse sentido, se faz necessário, investimentos que valorizassem professores oriundos das comunidades quilombolas, que se reconhecessem como tal e que pudessem trabalhar temas de valorização da identidade cultural, as origens e suas lutas para conquistas no tempo presente.

Isso significa que precisamos de currículos quilombolas, escolas quilombolas e professores quilombolas, que através desse conjunto voltado para educação, possam construir cidadãos que respeite as diferenças, porque todos assim nos constituímos, com uma cultura própria, cor da pele, cabelos, sexo, religião entre outros aspectos.

Em virtude dos fatos mencionados e usando das narrativas dos moradores da comunidade do Grilo, percebe-se que o uso do passado foi o meio encontrado para a conquista das terras em que esses moradores rurais viviam em condição de exploração. São aspectos esses narrados em que reporta para uma origem escrava, onde o povoamento se constituiu por intermédio de um escravo. Ainda mais, uma prática cultural muito própria da

ancestralidade negra, incluindo a localização de difícil acesso, remontando aos antigos esconderijos dos escravos fugidos dos senhores. Em virtude disso escreve Munanga, (95/96 p.63) “escravizados, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não povoados, geralmente de acesso difícil”.

Em vista disso, foi esses aspectos observados no laudo antropológico de Pedra D’Água e do Grilo que relatam as características e tradições ligadas à origem da comunidade do Grilo e a Manuel Paulo Grande, um negro que não se sabe se era escravo alforriado, livre ou fugitivo, extraídos das memórias da comunidade, que serviram para a conquista política, ocasionando o direito da posse da terra e fortalecimento cultural. Nessa perspectiva, referente à posse de terra, que tratarei nesse próximo capítulo, tentando entender o processo de identificação até chegar o direito a titulação da comunidade quilombola do Grilo.

CAPÍTULO III

HISTÓRIA DA TITULAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO GRILO

Para entendermos o processo histórico de identificação até a titulação, temos que percorrer um longo caminho, a começar pela Constituição Federal promulgada em 1988. Esta, no artigo 68 diz que os remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Mas, foi somente em 2003, com o decreto 4.887 que os procedimentos de reconhecimento, identificação, delimitação e regularização foram regulamentados.

Desta forma, mesmo tendo uma lei que confere direitos territoriais aos remanescentes de quilombos, não resolveu de imediato os problemas e fez surgir uma gama de questões sobre a sua aplicabilidade. Nesse sentido, tem que se passar por vários órgãos começando pela Fundação Cultural Palmares que é uma entidade pública com vínculos com o Ministério da Cultura e que tem a finalidade de promover a preservação dos valores culturais sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. Como também o INCRA que é um órgão federal que tem o objetivo de executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional.

Assim, para chegar à titulação não é muito fácil, pois percorre-se uma via muito complicada, repleta de obstáculos e burocracias, passando por várias instancias. Além disso, um dos grandes obstáculos está ligado ao agronegócio com uma economia apoiada na monocultura de exportação que leva ao desmatamento, poluição dos rios e tira o direito que tem os remanescentes de quilombo, causando até mesmo mortes. Situação essa que levou a morte do líder quilombola Teodoro Lalor de Lima, presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombo de Gurupá no município de Cachoeira do Arari, no Marajó em Belém do Pará. Ele denunciou durante uma audiência pública promovida pelo Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado, a perseguição de fazendeiros da região a comunidade quilombola. E disse que ficou preso sem acusação formal, a mando de fazendeiros que se sentem prejudicados pela demarcação das terras quilombolas (*Cf. JORNAL O IMPACTO*, publicação 20 de ago. 2013).

Ainda verifica-se que esses líderes vivem rodeados de ameaças. Caso esse vivido por José Carlos Lopes, presidente da Associação da comunidade quilombola de Castainho localizada no agreste Pernambucano. As ameaças vem de decorrência de sua luta pela demarcação do território quilombola onde vive desde que nasceu. A comunidade quilombola de Castainho ficou nacionalmente conhecida por ser a primeira comunidade quilombola do

estado de Pernambuco a receber o título da Fundação Palmares. Com isso, ela inspirou várias outras a lutarem pelo processo de demarcação territorial do estado (Cf. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, publicação 14 de mai. 2014).

É indiscutível que essas ameaças têm como intuito fragilizar os movimentos sociais, objetivando deixar o campo livre para que as forças ruralistas consigam expansão da monocultura que lhe proporcionem lucros extraordinários.

Bem como para conseguir a titulação a comunidade quilombola tem que primeiramente apresentar ao INCRA a certidão de auto-reconhecimento, emitida pela Fundação Cultural Palmares, que dá o direito de ter benefícios como políticas públicas e posse do território que ocupa, porém, essa não assegura a regularização do território. A segunda etapa consiste na elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação para o levantamento de informações cartográficas, fundiária, agrônômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas, etnográficas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituição pública e privadas. Ela tem o objetivo identificar os limites das terras das comunidades remanescentes de quilombos. Depois de aprovado o RTID ele passa por uma análise do comitê regional do INCRA, onde o comitê pode aprovar o relatório ou reprová-lo por achar que ele não está de acordo com os critérios exigidos pelas normas do INCRA. Assim, exigem-se revisões ou complementações, e depois de feito isso passará por outra análise do Comitê Regional do INCRA, juntando as provas pertinentes. Mas se o RTID concluir que a área não pode ser reconhecida como quilombola, o Comitê Regional pode pedir estudos complementares ou arquivar o processo, podendo a comunidade recorrer.

Mas, quando aprovado pelo Comitê de Decisão Regional do INCRA, o relatório será levado a publicação. O resumo do RTID será publicado duas vezes, uma no Diário Oficial da União e no Diário Oficial federativa. Além disso, a Superintendência Regional notificará os ocupantes e confinantes, detentores de domínio ou não, identificados no território pleiteado pelos quilombolas. O prazo para contestação é de 90 dias.

Além disso, o RTID deve ser encaminhado aos seguintes órgãos públicos depois de aprovado: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, e seu correspondente na Administração Estadual; Secretaria do Patrimônio da União - SPU, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Fundação Nacional do Índio - FUNAI; Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional - CDN; Fundação Cultural Palmares; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, e seu correspondente na Administração Estadual e Serviço Florestal Brasileiro - SFB. Isso porque o território

quilombola pode incidir em áreas administradas por algum desses órgãos. Eles têm um prazo de 30 dias para se manifestarem. Caso não o façam, o INCRA entende que não têm restrições à titulação da terra em questão.

Além disso, o comitê Regional de Superintendência do INCRA julgará as contestações dos proprietários ou ocupantes do território quilombola que tem o prazo de seis meses para o julgamento. Até isso acontecer o processo permanece parado. E se caso a contestação for acatada poderão ocorrer alterações no RTID, onde poderá haver uma nova publicação do resumo. Porém, se a contestação não for aceita é possível recurso no prazo de 30 dias, onde o INCRA de Brasília que analisará o recurso. Se este for aceito o presidente do INCRA publicará no Diário Oficial da União e da unidade federativa.

Ainda se o INCRA ou os órgãos envolvidos discordarem do mérito da titulação o processo será mandado para casa civil que buscará uma solução para o caso. Se o INCRA e os demais órgãos envolvidos discordarem sobre a legalidade e validade jurídica da titulação, o processo será encaminhado para a Advocacia Geral da União que coordenará os procedimentos para a busca de uma solução para o caso. Se o território quilombola, ou parte dele, incidir em terras devolutas do estado, o processo será encaminhado para o órgão competente da instância estadual para que proceda a titulação. A Superintendência Regional do INCRA pode propor a celebração de convênio com aquelas unidades da Federação, visando a execução dos procedimentos de titulação.

Por isso tudo, a fase de identificação do território encerra-se com a publicação da portaria do presidente do INCRA que reconhece os limites do território quilombola no Diário Oficial da união e dos estados. Todavia, se houver casos de imóveis privados, incidentes no território, é necessário a publicação de Decreto Presidencial de Desapropriação por interesse Social (Presidência da República). Os imóveis desapropriados serão vistoriados e avaliados conforme o preço de mercado, pagando-se sempre previamente e em dinheiro a terra nua, no caso dos títulos válidos, e as benfeitorias. Finalmente, o Presidente do INCRA realizará a titulação mediante a outorga de título coletivo, imprescindível e pró-indiviso a comunidade, em nome de sua associação legalmente constituída, sem nenhum ônus financeiro. É proibida a venda e penhora do território (*Cf. TERRAS QUILOMBOLA, s.d.*).

Para iniciarmos o processo pelo qual o Quilombo do Grilo passou para receber a titulação, acredito ser pertinente primeiramente falar um pouco com relação à identidade e a diferença. Estas estão unidas e interdependentes, ou seja, depende uma da outra, sendo uma criação e não estando em nosso dia-a-dia como coisa natural, mas como uma linguagem criada pela sociedade e cultura. De acordo com Tomaz Tadeu da Silva (2009, p.76):

elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais.

Deste modo, o Brasil traz uma história de exploração e sofrimento para os povos negros vindo da África. E essa vinda levou esses povos a viverem em situações degradantes, que não ficou no passado, mas perpassa para os dias atuais. Esses negros muitas vezes são vistos com uma imagem negativa que alimenta a sociedade, criando desigualdade de oportunidades e injustiças social.

Contudo, a nação afrodescendente exige ser reconhecida e ter oportunidades iguais para todos, pois construiu a história cultural brasileira marcada pelo sofrimento e submissão de seus valores e também comportamentos. Povos que usaram de várias formas de resistência como os suicídios, mortes de senhores sabotagem, fugas e os quilombos que eram um lugar sonhado pelos escravos, pois ficavam longe dos maus tratos dos senhores. Eles foram tratados como coisa, dando abertura para que nascesse uma identidade negativa que permanece em nossos dias.

Além disso, os negros foram obrigados a renunciar sua identidade quando trazidos para o continente americano já que não podiam manifestar sua cultura. Porém, hoje os remanescentes lutam para resgatar sua identidade, herança dos povos africanos que vieram para o Brasil em situação de escravidão. Assim,

A política de identidade concentra-se em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado. Essa identidade torna-se, assim, um fator importante de mobilização política. Essa política envolve a celebração da singularidade cultural de um determinado grupo, bem como a análise de sua opressão específica (SILVA, 2009, p.34).

Nesse sentido, hoje tentasse trabalhar a consciência da sociedade com relação à diferença, buscando mostrar que ela não faz com que um indivíduo se sobreponha ao outro por ser diferente. Porém, os reflexos das injustiças vividas pelos escravos ainda circulam nas relações sociais atuais, mesmo com os negros tendo maior espaço em determinados lugares que eram de exclusividade branca. Vivemos um processo em que tenta construir uma identidade positiva do negro, mas precisa-se avançar e chamar a atenção da sociedade para as desigualdades entre negros e brancos que estão enraizadas na história do Brasil. “Uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos” (WOODWARD, 2009, p.11).

Agora podemos buscar entender o processo histórico desde a identificação da comunidade do Grilo até a titulação. Assim, como relatado antes, para chegar a conseguir o direito a posse da terra não é nada fácil, e nesse sentido não foi diferente para os quilombolas do Grilo. E nessa perspectiva, conversando com Leonilda, percebeu-se que o interesse da comunidade em abrir um processo para conseguir o direito a terra, veio de uma necessidade de terra para trabalhar, já que trabalhavam nas terras de fazendeiro, pagando e vivendo em situação de sofrimento.

Assim, a Associação de Apoio as Comunidades Afrodescendentes, que deu a primeira iniciativa e instaurou o processo de auto-reconhecimento através de reuniões realizadas na comunidade para conscientizar que eles formam uma comunidade negra rural quilombola, e por isso com o direito específico. Eles identificaram que as famílias viviam no alto de um morro e com dificuldades ao acesso a água. E a iniciativa foi à construção de cisternas que propiciou uma mudança significativa na vida dessa comunidade. Nesse sentido, a situação do Grilo torna-se elemento destacado no processo de auto-reconhecimento e o preconceito que sofreram passam a ser destacado: pobres, negros e sem acesso a direitos (*cf.* BATISTA, 2009, p.90).

Porém, ao pesquisar o relatório final do quilombo do Grilo percebe-se que quando foi falado nas reuniões com os moradores da comunidade, da possibilidade de regularização da terra por meio do processo instaurado pelo INCRA, onde não precisariam mais trabalhar de forma de arrendamento, se vê reações, em alguns momentos, com frases desse tipo: “quem viu tomar terras dos outros, ninguém aqui é sem terra não”. Assim foi intuído que os moradores tem uma concepção que a terra esta associada a propriedade, mercadoria que só pode ser adquirida através de compra ou doação (*cf.* BATISTA, 2009, p.93).

Foi em 31 de janeiro de 2006 que a comunidade do Grilo encaminhou a documentação para o presidente da Fundação Cultural Palmares, onde se auto definiram enquanto comunidade remanescente das comunidades quilombolas. Deste modo, a requerer a expedição da FCP da certidão como comunidade remanescente de quilombo (*cf.* BATISTA, 2009, p.20).

Em 25 de março de 2011 foi publicado o Relatório Antropológico que compõe o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, coordenado pela professora Mércia Rejane Rangel Batista. Ele foi fruto de contrato firmado em 2008 entre o INCRA e a Fundação do Parque Tecnológico da Paraíba e elaborado pela Unidade Acadêmica de Sociologia e Antropologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Além de várias informações que contém o RTID, como os aspectos históricos e

socioculturais, relatório ambiental e agrônômico, o relatório antropológico levantamento fundiário, mapa e memorial descritivo da área, além da relação das famílias quilombolas cadastradas pelo INCRA (*cf.* ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO INCRA/PB, portal de notícias, 21 de dez. 2016).

É importante lembrar que no caso da comunidade do Grilo, em fevereiro de 2013, foi publicada a Portaria nº 54, de 04 de fevereiro de 2013, em diário oficial, reconhecendo e declarando como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Grilo a área de 138,8964 ha, localizada no município de Riachão do Bacamarte. Porém, o presidente da Associação Elias Coelho Tenório questiona sobre o tamanho real da terra demarcada pelo INCRA, questionando que era de 150 hectares (*Cf.* MARACAJÁ; RODRIGUES, 2015, p.62).

Se a comunidade estiver sobreposta a domínios particulares, o INCRA deverá desapropriando para garantir a titulação aos quilombolas. Este processo inicia-se com a assinatura do decreto de desapropriação pelo presidente da República. Deste modo, este procedimento citado aconteceu com o Quilombo do Grilo, já que a terra onde a comunidade está situada pertencia aos herdeiros de Américo Sobrinho que segundo relatos tirados do relatório final do Grilo, Mané Duda e Dôra que eram antes moradores do Ingá, foram morar nessas terras por conta do falecimento da mãe de Dôra. Assim sendo, eles assentaram sua casa e família nas terras de Américo Sobrinho e tiveram que arrendar a terra para colocar o roçado e ainda fazendo trabalhos temporários, na cana-de açúcar, em outras regiões como Pernambuco e Paraíba. Nesse sentido, essa família vivia em situação de exploração no trabalho, onde todos trabalhavam para o patrão, embora o pagamento se restringisse ao chefe da família.

Nessa perspectiva, foi essa terra de Américo Sobrinho que os moradores solicitaram que fosse identificada como sendo uma comunidade quilombola e que a presidenta Dilma assinou no dia 5 de dezembro de 2013 um decreto de Declaração de interesse social para a desapropriação de territórios quilombolas e entre eles estava a do quilombo do Grilo. A presidenta declara que:

‘Hoje, avançamos no resgate histórico com desapropriação e imissão de posse para comunidades. Além de reconhecer e titular os territórios, vamos também assegurar às famílias o acesso ao crédito subsidiado do Pronaf. O Brasil é um país de muitas cores, raças e culturas. Temos a missão de construir um país de oportunidade para todos, sem discriminação’, afirmou a presidenta (QUILOMBOS DA PARAÍBA, 06 de fev. 2013).

IMAGEM 05 - A presidenta Dilma assina decretos para desapropriação de terras quilombolas de Grilo, Matão e Pedra d'Água.



Fonte: Blog: <http://quilombosdaparaiba.blogspot.com.br/2013/12/a-presidenta-dilma-assina-decretos-para.html>

Nesse sentido, a desapropriação é explicada por Elias que esclarece:

Disputas não tivemos, mas obstáculos tiveram muitos. Tem muitas pessoas que olham para gente com mal olhar e dizem que tomamos terras dos outros. Quando começou logo a gente não podíamos conversar muito e tínhamos essa orientação que não podíamos conversar muito com todo mundo (Entrevista concedida por Elias Coelho Tenório em 04 fev. 2017).

Além do mais, Dona Lourdes diz:

Não houve disputas com os fazendeiros, mas com os empregados dele. Sofremos com um cidadão que tomava conta da terra e levamos muitos insultos e gracinha quando agente passava. Dizia que nego não precisava ter terra e que nego quisesse ter terra comprasse, trabalhasse para comprar, mas a gente ficava calado. Até que chegou o dia agente tomamos conta da terra (Entrevista concedida por Maria de Lourdes Tenório Cândido em 04 fev. 2017).

Nessa perspectiva os conflitos internos foram vários, pois segundo os próprios moradores houve bate boca e falatórios dizendo que era mentira que eles (os moradores quilombola que estavam querendo o direito de posse da terra) não íamos conseguir a titulação. Segundo, Leonilda muitos comerciantes e o povo ao redor do quilombo fizeram muita pressão, gerando medo na Líder comunitária. Com isso, muitos resistiram não entrando na luta com os outros moradores, não se reconhecendo quilombola e em alguns casos até por

medo de suas terras serem tomadas, ficando conseqüentemente de fora da demarcação do quilombo, quando o INCRA foi delimitar o território quilombola. Segundo os moradores ainda hoje existem comentários alegando que é mentira e que a terra vai voltar de novo para os fazendeiros de antes. Dona Lourdes relata essa situação onde diz:

O conflito foi os insultos, mas deixamos passar. Ainda hoje tem muitos com mágoa e raiva, porque não ficou terras para eles trabalhar. Os negos tomaram terra do povo, mas ninguém tomou terra de ninguém, ninguém invadiu terra. Se houve esse direito e ele chegou na mão da gente. Lutamos muito, sofremos muito. (Entrevista cedida por Maria de Lourdes Tenório Cândido em 04 fev. 2017).

Portanto, apesar de todos esses percalços a comunidade quilombola do Grilo recebeu em 2016 o título provisório de dois dos três imóveis que integram o território. Essa posse assegura o direito de 139 hectares para 71 famílias que ali residem a gerações. O título foi assinado pelo superintendente regional do INCRA na Paraíba Solon Alves de Diniz e pela presidente da associação da comunidade quilombola do Grilo Leonilda Coelho Tenório dos Santos, e por seu filho Márcio dos Santos e pelas servidoras dos Serviços de Regularização de Territórios Quilombolas do INCRA/PB Sheilla Guerra e Regina Silva. Essa assinatura aconteceu no INCRA em João Pessoa.

IMAGEM 06 - Comunidade Quilombola do Grilo, na Paraíba, recebe título provisório de terras



Fonte: <http://www.incra.gov.br/noticias/comunidade-quilombola-do-grilo-na-paraiba-recebe-titulo-provisorio-de-terras>

Com esse título provisório a posse da terra está assegurada até que a Justiça Federal conclua a ação de desapropriação do último imóvel localizado no quilombo. E depois da desapropriação de todos os imóveis o INCRA emite o título definitivo da terra. (cf. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO INCRA/PB, portal de notícias, 21 dez. 2016).

Mas foi em abril de 2016 antes do impeachment que a presidenta Dilma assina atos a favor da reforma agrária e de terras quilombolas. A presidenta Dilma Rousseff assinou nesta sexta-feira (1º), no Palácio do Planalto, vários atos em favor da reforma agrária e de comunidades quilombolas. Em pronunciamento na solenidade, Dilma afirmou que ‘o País acaba de dar um passo para diminuir ainda mais a imensa desigualdade da Nação’, e que os decretos de reforma agrária e posse de terras às comunidades quilombolas ‘ajudam a produzir bem-estar para as famílias’. Durante o evento foram assinados quatro decretos de regularização de territórios quilombolas, beneficiando ao todo 799 famílias nos estados do Maranhão, Pará, Rio Grande do Norte e Sergipe, num total de 22,2 mil hectares. As comunidades beneficiadas são: Caraíbas, de Sergipe; Gurupá, do Pará; Macambira, do Rio Grande do Norte; e Monge Belo, do Maranhão. ‘O acesso a terra bem cultivada significa riqueza para brasileiros e brasileiras’, afirmou a presidenta Dilma. (Cf. CARVALHO, 2017).

IMAGEM 07 - Dilma assina Atos em favor da reforma agraria e de terras quilombolas e reafirma importância da democracia



Fonte: <http://www.ptnacamara.org.br/index.php/outras-noticias/item/26843-dilma-assina-atos-em-favor-da-reforma-agraria-e-de-terras-quilombolas-e-reafirma-importancia-da-democracia>

Assim sendo, a comunidade quilombola do Grilo recebeu a titulação definitiva de suas terras no mesmo ano. Assim, uma comunidade que em menos de 15 anos conseguiu fundar sua associação, consolidou o processo de auto-reconhecimento das famílias, demandou do INCRA a realização do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, mobilizou o apoio institucional do Governo Federal através da Fundação Palmares, e agora conseguiu a titulação definitiva da terra.

IMAGEM 08 - Leonilda e outros líderes do Grilo: 15 anos de luta comunitária



Fonte: <http://quilombosdaparaiba.blogspot.com.br/2016/03/comunidade-quilombola-do-grilo-recebe.html>

É inegável que essa data foi de suma importância para todos da comunidade. Ela foi descrita como sendo libertação, vitória e realização. Segundo Elias:

o sentimento foi de alegria, porque a gente não tinha uma liberdade para que pudesse trabalhar. A gente trabalhava assim, eles só liberavam o roçado quando eles queriam liberar. Chegava o tempo da gente plantar a chuva batia e ele só tirava o gado quando queria. E a gente tinha que esperar e às vezes plantávamos fora do tempo e não tinha aquela liberdade de plantar, e quando era para colher não dava nem tempo que ele colocava o gado com tudo antes da gente retirar o que era do direito da gente. A gente sentia um peso de não ter aquela liberdade de trabalhar. O sentimento foi muito profundo, porque a gente pensa que não tinha liberdade e hoje a gente planta e colhe a hora que quer (Entrevista concedida por Elias Coelho Tenório em 04 fev. 2017).

Nesse sentido, podemos concluir que o sentimento dessa comunidade foi realmente de libertação, pois viviam em condições de assujeitamento ao dono da terra, sem liberdade de plantar no tempo certo e colher. Essa data foi regada de muita festa, incluindo as danças típicas como coco de roda, ciranda e o samba.

Contudo, essa conquista não chegou ao fim, pois os moradores desejam mais melhorias para a região como um caminho melhor, mais cisternas, uma pracinha e a volta das cestas básicas que eram distribuídas para os moradores, pois segundo relatos existiam pessoas que viviam dessa feira, já que não tinha emprego. É oportuno lembrar que essa obtenção pela comunidade do Grilo é uma forma de corrigir as injustiças que esse povo sofreu no decorrer da história e que é fundamental para a preservação da cultura e do modo de vida das comunidades quilombolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebi que essa pesquisa referente ao recebimento da titulação definitiva da comunidade do Grilo, é uma contribuição a mais, pois no que diz respeito aos trabalhos pesquisados não encontrei nenhum trabalho que abordasse essa temática, porque foram escritas antes da comunidade quilombola do Grilo receber a titulação. Assim, o direito territorial das comunidades quilombolas é repleto de dificuldades é desafios, mesmo com a lei confiando esse direito o problema relativo à terra não é resolvido de imediato.

Além disso, outro aspecto observado no desenvolvimento desse trabalho é que a memória do presente é apreendida, respondendo aos interesses políticos da atualidade. Nesse sentido, diante das observações feitas nas entrevistas realizadas na comunidade do Grilo e a pesquisa feita no Relatório Final do Grilo, percebe-se que a memória foi um instrumento aliado na conquista do território, onde esses moradores viviam em condições escravistas, vivendo subordinado ao dono da terra e tendo uma economia voltada para agricultura que dependia dos ciclos irregulares das chuvas.

Assim, nessa perspectiva o uso da história oral no decorrer da pesquisa viabilizou uma atenção especial aos subalternos, pois é através de pesquisas de temas como esse que procura dá voz aos silenciados no decorrer da história, que podemos analisar o interior das experiências de nossos atores, o cotidiano por meio da história local.

Ainda, percebe-se que mesmo existindo muitas melhorias para a comunidade como a construção de uma escola, de cisternas, do conselho de moradores e uma lei que dá direito a posse da terra para os remanescentes quilombolas, não posso deixar de detectar a marginalização desses grupos sociais, mesmo com tantos tempos passados, os resquícios escravocratas ainda persiste nessa comunidade. Nesse sentido, por terem um tratamento de forma diferenciada dos demais habitantes e por ainda encontrar-se em uma região de difícil acesso, não tendo o poder público uma atuação efetiva nesse sentido para mudar essa situação.

Para a comunidade quilombola do Grilo, a terra é um lugar onde eles podem tirar o sustento de suas famílias com muito sacrifício. Ela tem um significado muito grande para cada um dos moradores daquela região, pois foi ali que eles nasceram, cresceram e puderam conseguir um lugar para morar e trabalhar. Portanto, é com a conquista do título da posse da terra adquirida por essa comunidade, que ela pode ser usada como exemplo para encorajar outras a lutarem com a mesma garra para terem o mesmo direito e perceber que mesmo diante de tantos obstáculos é possível conquistar o reconhecimento.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 236p.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (coord.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 304 p.
- AMARAL, Elane Cristina do. **Subindo a serra descendo a história**: memória e identidade cultural na comunidade Remanescente de Quilombo Grilo-PB (1930- 2010). 143p. Disponível na Internet. https://docs.google.com/file/d/0B_jlZF002awzczBZTDI2Q0ZrSjQ/edit. Acesso em: 20 de nov. 2016.
- ARAÚJO, Eulália Bezerra; SOUZA, Vanessa Emanuelle de. **Em busca de um direito**: o processo de auto identificação da comunidade quilombola do Grilo. 10p. Disponível na Internet. https://docs.google.com/file/d/0B_jlZF002awzelpoc1dTNUo5RWs/edit. Acesso em: 13 de jan. 2017.
- ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO INCRA/PB. **Comunidade Quilombola do Grilo, na Paraíba, recebe título provisório de terras**. Portal de notícias – publicado em 21 de dezembro de 2016. Disponível na Internet. <http://www.incra.gov.br/noticias/comunidade-quilombola-do-grilo-na-paraiba-recebe-titulo-provisorio-de-terras> Acesso em: 23 de fev. 2017.
- BARROS, Rejane da Silva. **Tradição e Modernidade**: os moradores da comunidade do grilo como protagonista social. 44p. Disponível na Internet. <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3101/1/PDF%20%20Rejane%20da%20Silva%20Barros.pdf>. Acesso em: 13 de jan. 2017.
- BATISTA, Mércia Rejane Rangel. **Relatório final de pesquisa antropológica**: Grilo: das memórias de assujeitado ao direito quilombola. 125 f. Campina Grande: UFCG/INCRA, 2009.
- _____. Grilo: das memórias de assujeitado ao direito quilombola. *In*: BANAL, Alberto; FORTES, Maria Ester Pereira (org.). **Quilombos da Paraíba**: a realidade de hoje e os desafios para o futuro. João Pessoa: Imprell Gráfica e Editora, 2013. 312p.
- BERKER, Jean-Jacques. O handicap do a posteriori. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (coord.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 304 p.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Disponível na Internet. <https://quilombos.files.wordpress.com/2007/12/artigos-68-215-e-216.pdf> Acesso em: 27 de jan. 2017.
- CABRAL, Williams Lima Cabral; REIS, Maria Regina Alves dos. **Comunidade de remanescente quilombola do Grilo**: identidade e políticas sociais. 8p. Disponível na Internet. https://docs.google.com/file/d/0B_jlZF002awzNUF5XzNadzTRnc/edit. Acesso em: 11 de jan. 2017.
- CARVALHO, Héber. **Dilma assina Atos em favor da reforma agrária e de terras quilombolas e reafirma importância da democracia**. **Blog do Planalto**. Disponível na Internet. <http://www.ptnacamara.org.br/index.php/outras-noticias/item/26843-dilma-assina-atos-em-favor-da-reforma-agraria-e-de-terras-quilombolas-e-reafirma-importancia-da-democracia> Acesso em: 23 de mar. 2017.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Há dois meses, líder quilombola está afastado de sua comunidade por ameaças de morte**. Disponível na Internet. <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/noticias-2/12-conflitos/2078-ha-dois-meses-lider-quilombola-esta-afastado-de-sua-comunidade-por-ameacas-de-morte> Acesso em: 28 de jan. 2017.
- DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO: etimologia e origem das palavras. Disponível na Internet. <http://www.dicionarioetimologico.com.br/moleque/> Acesso em: 10 de fev. 2017.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Cirandas**. Disponível na Internet. http://www.palmares.gov.br/?page_id=34089 Acesso em: 06 de fev. 2017.

_____. **Samba de coco**. Disponível na Internet. http://www.palmares.gov.br/?page_id=34089 Acesso em: 06 de fev. 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão [et. al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

JORNAL O IMPACTO. **Líder quilombola do Marajó é assassinado em Belém**. Publicado em 20 de agosto de 2013. Disponível na Internet. <http://oimpacto.com.br/2013/08/20/lider-quilombola-domarajo-e-assassinado-em-belem/> Acesso em: 27 de jan. 2017.

MARACAJÁ, Maria Salomé Lopes. Comunidade Quilombola Grilo, Paraíba: narrativa sobre a construção do território e da territorialidade. **Cadernos Imbondeiros**. João Pessoa, v. 4, n.1, p.58-69, out. 2015.

_____. **Territorialidade e Cultura**: relatos sobre o trabalho de campo na comunidade quilombola do Grilo, PB. 20p. Disponível na Internet.

https://docs.google.com/file/d/0B_jlZF002awzZG5rYnVIMXZwSnM/edit. Acesso em: 15 de dez. 2016.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista Povo Negro – USP**, São Paulo, n.28, p.56-63, dezembro/fevereiro 95/96.

QUILOMBOS DA PARAÍBA. **A presidenta Dilma assina decretos para desapropriação de terras quilombolas de Grilo, Matão e Pedra d'Água**. Blog – publicado em 06 de dezembro de 2013. Disponível na Internet.

<http://quilombosdaparaiba.blogspot.com.br/search/label/Desapropria%C3%A7%C3%A3o%20Grilo> Acesso em: 21 de fev. 2017.

NASCIMENTO, Rogério Humberto Zeferino. **Relatório Final**: o quilombo de Pedra D'Água. Campina Grande: UFCG; PaqTcPB; INCRA-PB, 2009, p. 64.

ROSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (coord.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 304 p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 9. ed. Tomaz Tadeu da Silva (org.); Stuart Hall; Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 133p.

SILVA, Alcione Ferreira da Silva; LISBOA, Magno da Nóbrega. **Considerações teórica-metodológica acerca do poder feminino nas comunidades quilombolas**: um olhar sobre a liderança feminina da comunidade do Grilo-PB. 16p. Disponível na Internet.

https://docs.google.com/file/d/0B_jlZF002awzOEtUQIFkRFhTSGs/edit. Acesso em: 22 de nov. 2016

SOUZA, Francinilda Rufini de; Maria Lindaci Gomes de. **A arte da benzeção e da cura na memória e identidade das mulheres das comunidades Quilombolas de Caiana do Crioulo e do Grilo**. 11p. Disponível na Internet. https://docs.google.com/file/d/0B_jlZF002awzblF3Sm13QUQ3R3c/edit. Acesso em: 02 de dez. 2016.

TERRAS QUILOMBOLAS. **Como se titula uma terra**. Disponível na Internet.

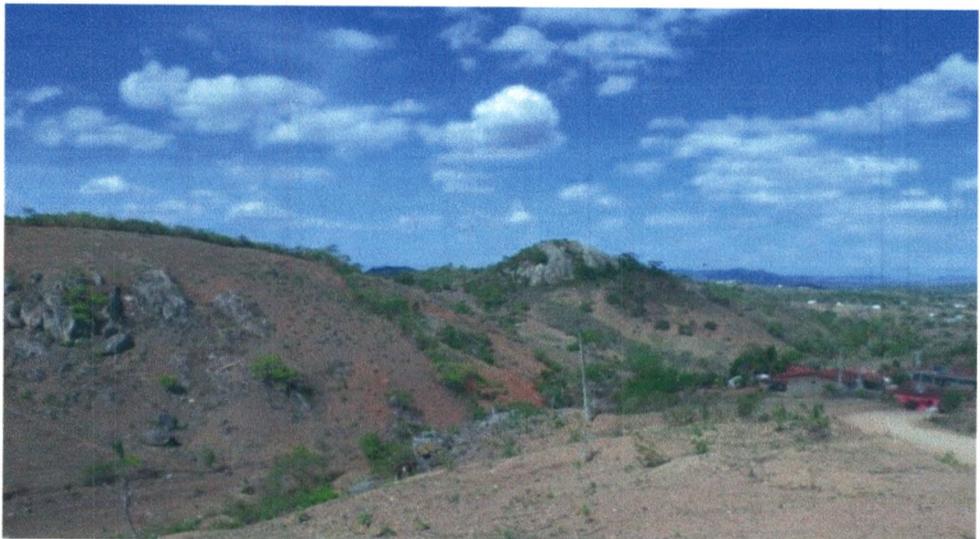
<http://www.cpis.org.br/terras/html/comosetitula.aspx> Acesso em: 28 de jan. 2017.

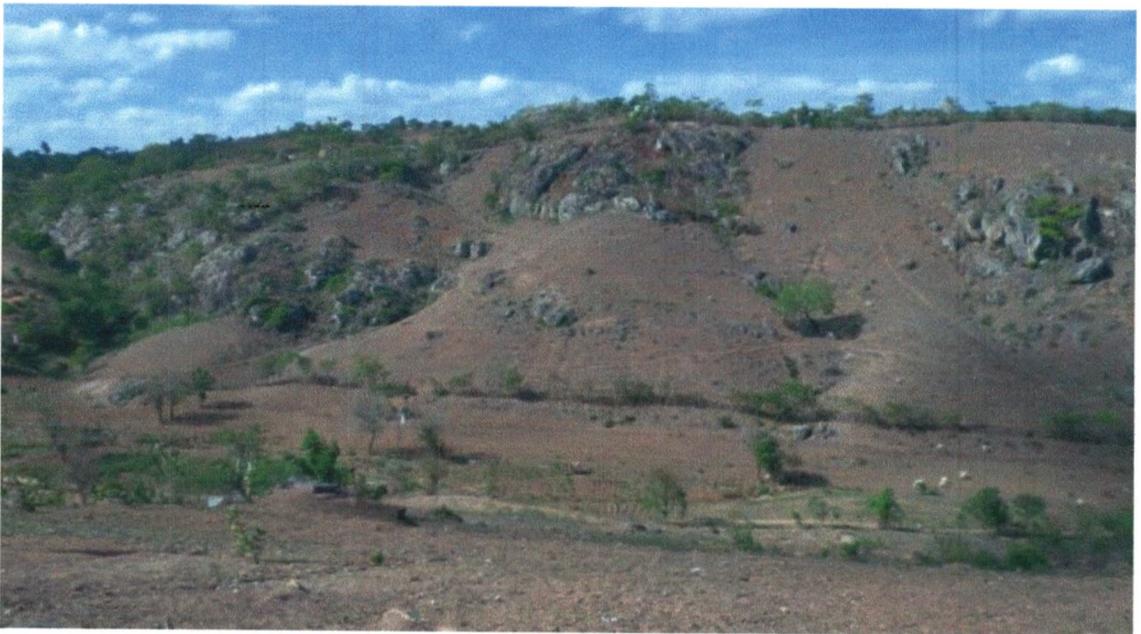
VOLDMAN, Daniéle. Definições e usos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (coord.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 304 p.

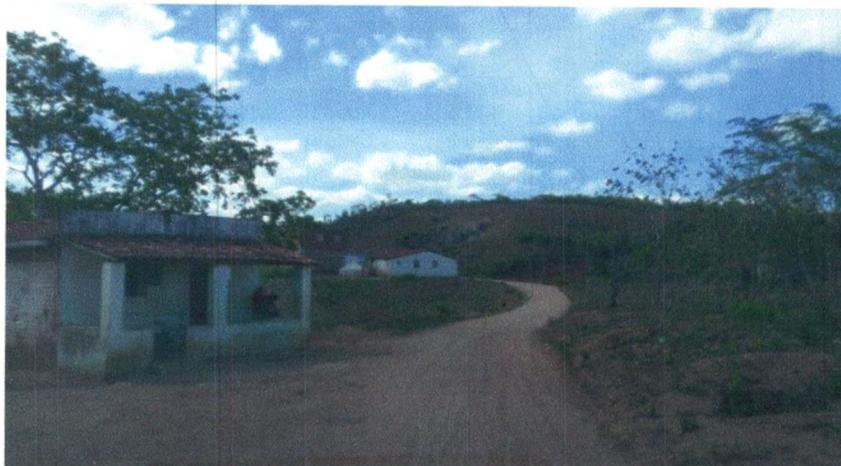
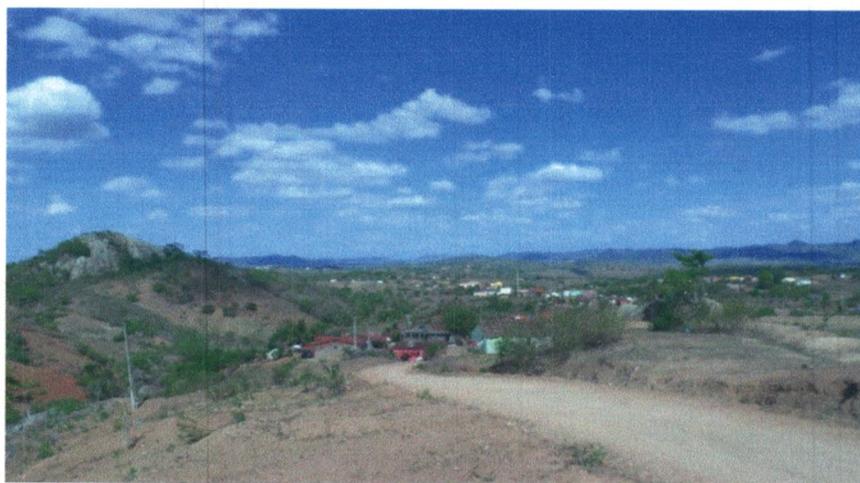
WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 9. ed. Tomaz Tadeu da Silva (org.); Stuart Hall; Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 133p.

ANEXOS

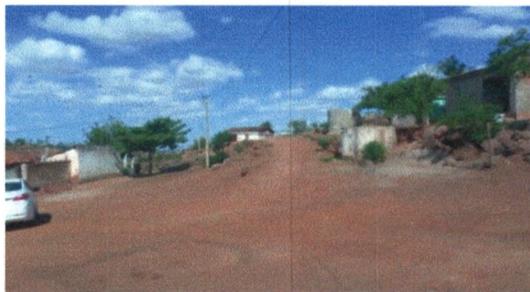
ANEXOS I – Imagens das terras desapropriadas – Acervo pessoal



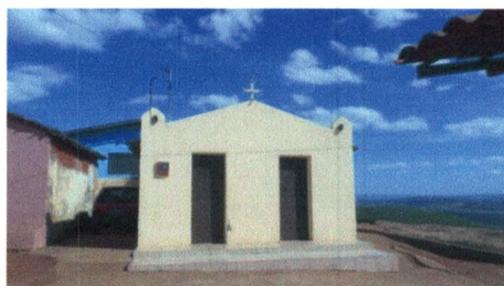


ANEXOS II - Fotos do acesso à comunidade quilombola do Grilo - Acervo pessoal

ANEXOS III – Fotos da comunidade - Acervo pessoal



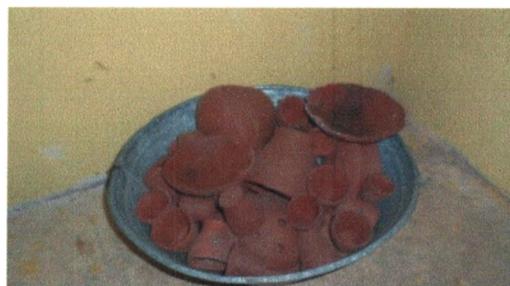
Associação dos moradores



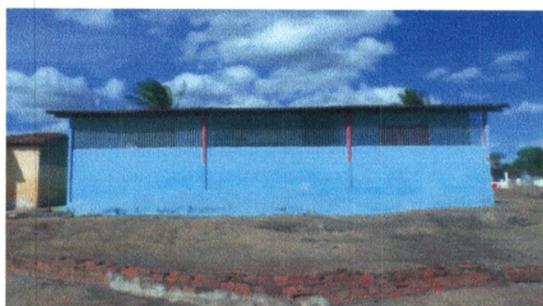
Capela da comunidade



Casa de Dona Lourdes –
Oleira da comunidade



Utensílios de barro feito por
Dona Lourdes



Escola da Comunidade

ANEXOS IV – Imagem do dia posse das terras, março de 2016

